



Auditoria Interna do INSS

RAINT 2012



Relatório Anual de Atividades
de Auditoria Interna

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 DAS AÇÕES DE AUDITORIA PREVISTAS E REALIZADAS.....	3
2.1 RESUMO PAINT 2012.....	4
2.2 DAS AÇÕES DE AUDITORIA DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO	5
2.3 AÇÕES DE AUDITORIA DE RISCO LOCAL E ESPECIAL	10
2.3.1 AÇÕES DE RISCO LOCAL	10
2.3.2 AÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	13
2.4 NOTAS TÉCNICAS EMITIDAS.....	13
2.5 METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2012	15
2.6 DEMONSTRATIVO DE AÇÕES CONCLUÍDAS POR UNIDADE DE AUDITORIA NO SISTEMA	16
3 REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS CENTRAL E SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	17
3.1 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO	17
3.2 RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	19
3.3 RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA.....	20
3.4 AÇÕES RELATIVAS A DEMANDAS DA OUVIDORIA	21
3.5 DEMAIS DENÚNCIAS RECEBIDAS	22
4 RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS.....	22
4.1 DAS METAS PREVISTAS NO PLANO DE AÇÃO DO INSS.....	23
4.2 CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. 26	
4.3 RESTOS A PAGAR	31
4.4 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS.....	34
4.4.1 FRAGILIDADES IDENTIFICADAS	34
4.4.2 APERFEIÇOAMENTOS IMPLEMENTADOS NOS CONTROLES DA ENTIDADE.....	53
4.5 REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.....	56
4.6 VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL.....	56
5 FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL OCORRIDOS NA ENTIDADE COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA	58
6 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA	59
7 INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	62
7.1 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS E SOFTWARES	63
7.3 ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	63
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64

1 Introdução

A Auditoria-Geral do INSS, em cumprimento às disposições contidas nas Instruções Normativas nº 07, de 29/12/2006, da Controladoria-Geral da União (CGU) e nº 01, de 03/01/2007, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), apresenta o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), que tem por objetivo expor detalhadamente as atividades realizadas no exercício de 2012, as quais foram previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT). Além dessas atividades, este Relatório apresenta também a execução de ações extraordinárias ou não planejadas, estudos e prospecções especiais, que exigiram atuação direta da Auditoria Interna.

Na forma prevista nos normativos, o Relatório apresenta a seguinte estrutura:

- a) Das ações de auditoria realizadas e concluídas no exercício de 2012;
- b) Do cumprimento, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), das determinações originárias do Tribunal de Contas da União (TCU), das recomendações oriundas da Controladoria-Geral da União (CGU), das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, e do tratamento dado às demandas da Ouvidoria, bem assim das demais denúncias recebidas diretamente pelo Órgão;
- c) Do relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais do INSS, com base nos trabalhos realizados pela Auditoria;
- d) Dos fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna;
- e) Do desenvolvimento institucional e capacitação da Auditoria Interna; e
- f) Da realização de ações de fortalecimento da Auditoria Interna.

Os anexos listados, a seguir, acompanham o Relatório em meio digital:

- I. Determinações e Recomendações do Órgão de Controle Externo;
- II. Recomendações da Controladoria-Geral da União;
- III. Recomendações da Auditoria Interna;
- IV. Matriz de Execução do PAINT;
- V. Denúncias encaminhadas pela CGU à Auditoria;
- VI. Resumo dos Processos de Licitação avaliados;
- VII. Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal.

2 Das Ações de Auditoria Previstas e Realizadas

As auditorias ordinárias foram planejadas levando em consideração os aspectos relacionados à relevância, materialidade, criticidade e fragilidade de controles. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes a cada área e processos, sendo realizadas ações de auditoria nas áreas finalística e meio. As vulnerabilidades encontradas foram objeto de recomendações nos relatórios de auditoria correlatos.

O PAINTE contemplou a programação de auditorias na Administração Central, nas Superintendências e em todas as Gerências-Executivas, de acordo com os riscos detectados pela Auditoria. Foram planejadas 18 (dezoito) auditorias para realização em âmbito nacional e a execução de 620 ações de auditorias ordinárias. Neste sentido, ressalta-se que:

- a) Em âmbito nacional, foram concluídas 17 auditorias com um total de 729 (setecentas e vinte e nove) ações no exercício de 2012, contemplando a extensão, a profundidade e a oportunidade dos trabalhos, bem assim a uniformização das técnicas, métodos e da divulgação dos resultados, sendo realizadas ações sob duas técnicas distintas: Auditoria Contínua e Auditoria Convencional (Auditoria de Conformidade e Auditoria Operacional);
- b) Em âmbito regional, foram concluídas 29 (vinte e nove) ações ordinárias, denominadas de Risco Local, em conformidade com as demandas existentes e a partir do planejamento aprovado pelas Coordenações-Gerais;
- c) Além disso, foram realizadas 02 (duas) ações especiais para atendimento de demandas extraordinárias em âmbito regional;
- d) Foram ainda realizadas 106 (cento e seis) ações de acompanhamento das implementações pelos demandados, concernentes às determinações/recomendações dos Órgãos de Controle.

É oportuno registrar que a Ação nº 13/2012 - Auditoria na Manutenção de Benefícios por Incapacidade Reativados por Determinação Judicial, foi substituída pela Ação Conjunta, entre a Auditoria-Geral do INSS e a Controladoria-Geral da União (CGU), denominada Relatório de Situação nº 2186 - Auxílio Doença (Urbano e Rural), iniciada em meados de 2012, com previsão de conclusão em agosto de 2013.

Ao compararmos as ações de auditoria programadas com as efetivamente realizadas, conclui-se que a meta estabelecida foi atingida. As ações privilegiaram os princípios da economicidade, eficácia e eficiência operacional da Auditoria Interna.

A seguir, estão demonstrados em formato tabela os Programas, sua denominação, situação atual e a descrição das ações, conforme preconiza o inciso I do artigo 4º da Instrução Normativa SFC nº 01/2007.

2.1 Resumo PAINT 2012

Nº	Ações de Auditoria Previstas no PAINT – 2012	Situação
01	Avaliação dos Atos e Fatos da Gestão e Parecer de Auditoria	Concluída em março/2012
02	Programa de Auditoria Operacional Gestão do Conhecimento Institucional	Concluída em janeiro/2013*
03	Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações	Concluída em dezembro/2012
04	Auditoria na Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS	Concluída em dezembro/2012
05	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada	Concluída em dezembro/2012
06	Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS	Concluída em dezembro/2012
07	Auditoria Contínua na Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Concluída em dezembro/2012
08	Auditoria no Processo de Gestão do Atendimento nas Unidades com Regime Especial de Atendimento	Concluída em dezembro/2012
09	Auditoria no Processo de Gestão dos Programas e Ações Governamentais	Concluída em dezembro/2012
10	Auditoria no Processo do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS	Concluída em janeiro/2013*
11	Auditoria no Processo de Gerenciamento de Restituição ao Erário	Concluída em dezembro/2012
12	Auditoria Contínua na Gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social – RGPS	Concluída em dezembro/2012
13	Auditoria na Manutenção de Benefícios por Incapacidade Reativados por Determinação Judicial	Substituída pela Ação Conjunta INSS/CGU
14	Auditoria no Processo de Indeferimento e Reabertura de Benefícios	Concluída em janeiro/2013*
15	Auditoria Contínua no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios – PAB e Crédito Diário	Concluída em dezembro/2012
16	Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social	Concluída em dezembro/2012
17	Auditoria no Processo de Gestão da Segurança da Informação no INSS	Concluída em agosto/2012
18	Auditoria no Processo de Gestão do Controle de Acesso Lógico	Concluída em janeiro/2013*

* O Relatório Final será encaminhado em fevereiro de 2013.

2.2 Das Ações de Auditoria Desenvolvidas no Exercício

Ação nº01/2012		Avaliação dos Atos e Fatos da Gestão e Parecer de Auditoria	
Área		Planejamento e Gestão Estratégica, Orçamento, Finanças e Logística, Atendimento, Benefícios, Saúde do Trabalhador, Gestão de Pessoas, Procuradoria e Corregedoria.	
Unidades		Presidência, Diretoria de Atendimento (DIRAT), Diretoria de Benefícios (DIRBEN), Diretoria de Saúde do Trabalhador (DIRSAT), Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística (DIROFL), Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), Procuradoria, Corregedoria-Geral e Auditoria-Geral.	
Escopo		Avaliação do Relatório de Gestão 2011, demonstrativos, declarações e demais peças que integram a Prestação de Contas da Entidade e emissão de Parecer, de acordo com os Normativos: IN/TCU nº 63/2010, DN TCU nºs 107 e 110/2010, Portarias CGU nº 2.246/2010 e TCU nº 277/2010.	
Total de Ações		01	
Cronograma Executado		Janeiro a março de 2012	
Recursos Humanos		10 Servidores	

Ação nº 02/2012		Programa de Auditoria Operacional Gestão do Conhecimento Institucional	
Área		Benefícios, Saúde do Trabalhador, Atendimento e Logística.	
Unidades		Gerências-Executivas.	
Escopo		Avaliação do risco envolvido na perda de conhecimento tácito e a eficácia e eficiência dos mecanismos utilizados pela Instituição para disseminação do conhecimento normativo e estratégico.	
Total de Ações		06	
Cronograma Executado		Agosto de 2012 a janeiro de 2013	
Recursos Humanos		05 Servidores	

Ação nº 03/2012		Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações	
Área		Licitações, Contratos e Tecnologia da Informação.	
Unidades		Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística (DIROFL), Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) e Gerências-Executivas.	
Escopo		Avaliação do Aditivo ao Contrato nº 071/2010, celebrado com a Dataprev, verificando-se aspectos relacionados à formalização; aos preços praticados, assim como aos controles exercidos relacionados à Internet, Mensageria e PrevNet; ao acesso aos sistemas estruturadores SERPRO; a equipamentos sob gestão da Dataprev; ao atesto dos serviços e respectivos pagamentos, abrangendo os faturamentos até julho/2011, e ainda o Controle de Acesso nas unidades referente ao Módulo de Concessão de Benefícios.	
Total de Ações		20	
Cronograma Executado		Junho a dezembro de 2012	
Recursos Humanos		10 Servidores	

Ação nº 04/2012 Auditoria na Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS

Área	Licitações, Contratos e Engenharia.
Unidades	Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social.
Escopo	Avaliação do desempenho da Gestão em relação ao acompanhamento das contratações, à execução dos serviços de Engenharia, e ainda à descontinuidade do cronograma físico-financeiro e seus efeitos, destinados ao Projeto de Expansão da Rede de Atendimento e reformas, efetuando-se o levantamento das desconformidades, dos motivos que ensejaram as paralisações dos serviços e dos fatores que impactaram os resultados inicialmente previstos.
Total de Ações	29
Cronograma Executado	Abril a dezembro de 2012
Recursos Humanos	10 Servidores

Ação nº 05/2012 Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada

Área	Recursos Logísticos
Unidades	Coordenação-Geral de Licitações de Contratos (DC), Superintendências Regionais e Gerências-Executivas.
Escopo	Avaliação das contratações de serviços continuados vigentes em 2012, abrangendo os serviços de limpeza, vigilância (convencional e eletrônica) e de manutenções predial, ar-condicionado e elevadores, assim como de locação de veículos, verificando-se, também, a conformidade quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas e aos pagamentos realizados.
Total de Ações	132
Cronograma Executado	Janeiro a dezembro de 2012
Recursos Humanos	18 Servidores

Ação nº 06/2012 Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS

Área	Gestão de Pessoas
Unidades	Gerências-Executivas e Serviço Operacional de Gestão de Pessoas da Administração Central
Escopo	Avaliação dos Registros de Frequência dos Servidores (SISREF) e Registros Financeiros e Cadastrais do SIAPE/SIAPECAD que fixam transações na Folha de Pagamento dos Servidores do INSS.
Total de Ações	107
Cronograma Executado	Julho a dezembro de 2012
Recursos Humanos	12 Servidores

Ação nº 07/2012 Auditoria Contínua na Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Área	Orçamento, Finanças e Contabilidade
Unidades	Superintendências Regionais e Gerências-Executivas.
Escopo	Avaliação dos procedimentos nas áreas orçamentária, financeira e contábil, verificando a fidedignidade das demonstrações orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais.
Total de Ações	106
Cronograma Executado	Abril a dezembro de 2012
Recursos Humanos	10 Servidores

Ação nº 08/2012 Auditoria no Processo de Gestão do Atendimento nas Unidades com Regime Especial de Atendimento

Área	Atendimento
Unidades	Agências da Previdência Social (APS).
Escopo	Avaliação quanto ao cumprimento dos requisitos para o enquadramento no Regime Especial de Atendimento, Indicadores de Desempenho das Unidades (Tempos Médios de Espera do Atendimento Agendado – TMEA e TMEA-PM), adequação da força de trabalho à demanda, e ainda o cumprimento da jornada de trabalho pelos servidores, considerando as informações obtidas por meio dos Sistemas Corporativos (SAE, SIGMA, SISREF e SABI), prospecção de dados do Painel de Desempenho.
Total de Ações	18
Cronograma Executado	Julho a dezembro de 2012
Recursos Humanos	10 Servidores

Ação nº 09/2012 Auditoria no Processo de Gestão dos Programas e Ações Governamentais

Área	Planejamento e Gestão Estratégica
Unidades	Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica.
Escopo	Avaliação do desempenho da gestão no sentido de alcançar os resultados estabelecidos no Planejamento Estratégico do Órgão e nas atividades gerenciais relativas às ações governamentais, por meio das metas físico-financeiras planejadas e executadas.
Total de Ações	03
Cronograma Executado	Agosto a dezembro de 2012.
Recursos Humanos	01 Servidor

Ação nº 10/2012 Auditoria no Processo do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS

Área	Benefícios
Unidade	Gerências-Executivas - GEXs
Escopo	Avaliação por amostragem de alterações e/ou inclusões realizadas no CNIS relativas a informações de vínculos e/ou remunerações extemporâneos, inseridas por meio de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), considerados no reconhecimento de direitos a benefícios.
Total de Ações	26
Cronograma Executado	Junho de 2012 a janeiro de 2013
Recursos Humanos	25 Servidores

Ação nº 11/2012 Auditoria no Processo de Gerenciamento da Restituição ao Erário

Área	Benefícios
Unidades	Gerências-Executivas - GEXs
Escopo	Avaliação dos fluxos e rotinas instituídas no INSS para o processo de gerenciamento de restituição ao erário, com ênfase nos benefícios suspensos e/ou cessados, pagos de forma irregular, entre 2006 e 2011, selecionados por meio de amostragem aleatória simples.
Total de Ações	26
Cronograma Executado	Abril a dezembro de 2012
Recursos Humanos	17 Servidores

Ação nº 12/2012 Auditoria Contínua na Gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Área	Benefícios
Unidades	Gerências-Executivas - GEXs
Escopo	Avaliação da Folha de Pagamento do RGPS para identificação de irregularidade por acumulações indevidas de benefícios, pagamentos em duplicidade para um mesmo período e manutenção indevida de benefícios após óbito do segurado/beneficiário.
Total de Ações	101
Cronograma Executado	Janeiro a dezembro de 2012
Recursos Humanos	30 Servidores

Ação nº 13/2012 Auditoria na Manutenção de Benefícios por Incapacidade Reativados por Determinação Judicial

Área	Substituída pela Ação Conjunta INSS/CGU.
Unidades	
Escopo	
Total de Ações	
Cronograma Executado	
Recursos Humanos	

Ação nº 14/2012		Auditoria no Processo de Indeferimento e Reabertura de Benefícios	
Área		Benefícios	
Unidade		Gerências-Executivas - GEXs	
Escopo		Avaliação dos fluxos e procedimentos das Agências da Previdência Social (APS) relativos ao indeferimento/reabertura de benefícios, considerando os indicadores das Unidades registrados no Painel de Desempenho.	
Total de Ações		26	
Cronograma Executado		Agosto de 2012 a janeiro de 2013	
Recursos Humanos		20 Servidores	

Ação nº 15/2012		Auditoria Contínua no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios – PAB e Crédito Diário	
Área		Benefícios	
Unidade		Gerências-Executivas – GEXs	
Escopo		Avaliação da adequação e efetividade dos controles internos e a aderência à legislação na emissão de Pagamentos Alternativos de Benefícios (PAB) e Créditos Diários, com situação “autorizados”.	
Total de Ações		101	
Cronograma Executado		Janeiro a dezembro de 2012	
Recursos Humanos		28 Servidores	

Ação nº 16/2012		Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social	
Área		Saúde do Trabalhador	
Unidade		Gerências-Executivas – GEXs	
Escopo		Avaliação da adequabilidade do Controle Interno dos Serviços e Seções de Saúde do Trabalhador (SST) das unidades selecionadas, com aferição das áreas de Perícia Médica, Reabilitação Profissional e Serviço Social.	
Total de Ações		26	
Cronograma Executado		Fevereiro a dezembro de 2012	
Recursos Humanos		18 Servidores	

Ação nº 17/2012		Auditoria no Processo de Gestão da Segurança da Informação no INSS	
Área		Tecnologia da Informação	
Unidades		Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI	
Escopo		Avaliação da Gestão da Segurança da Informação, no âmbito dos processos estratégicos, verificando a adoção de controles, sua conformidade e aderência às normas, diretrizes e melhores práticas de Segurança da Informação.	
Total de Ações		01	
Cronograma Executado		Março a agosto de 2012	

Recursos Humanos	03 Servidores
------------------	---------------

Ação nº 18/2012 Auditoria no Processo de Gestão do Controle de Acesso Lógico

Área	Tecnologia da Informação
Unidade	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI
Escopo	Análise das bases de todos os usuários cadastrados nos sistemas institucionais, vinculados ao Sistema de Controle de Acesso (SCA) e Sistema de Autorização de Acesso (SAA), verificando a compatibilidade com a base de servidores ativos do INSS, assim como os critérios adotados para a concessão de perfil de acesso.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Agosto de 2012 a janeiro de 2013
Recursos Humanos	02 Servidores

2.3 Ações de Auditoria de Risco Local e Especial

2.3.1 Ações de Risco Local

Ação Gestão do Ressarcimento à Assistência a Saúde Suplementar

Área	Gestão de Pessoas
Unidade	Gerências-Executivas de Belo Horizonte, Contagem e Vitória.
Escopo	Avaliação do sistema de gestão, controle organizacional, operacional e de informação, aplicados nos processos de ressarcimentos da assistência à saúde suplementar.
Total de Ações	03
Cronograma Executado	Maior a setembro de 2012
Recursos Humanos	02 Servidores

Ação Benefícios concedidos com Declarações de Atividade Rural

Área	Benefícios
Unidades	Gerência-Executiva Juazeiro / Agência da Previdência Social Irecê
Escopo	Avaliação das Certidões expedidas pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais (CRCPN) e das Declarações de Atividade Rural, fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, considerados para o reconhecimento de direito a benefícios das espécies: Salários Maternidade, Aposentadorias por Idade e Pensões por Morte.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Março a maio de 2012
Recursos Humanos	04 Servidores

Ação Manutenção de benefícios com CPF inválido

Área	Benefícios
Unidades	Gerências-Executivas da Jurisdição da Auditoria Regional Salvador

Escopo	Avaliação dos dados de identificação dos beneficiários, especialmente quanto ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), válido ou inválido, e a existência de benefícios com acumulação indevida.
Total de Ações	08
Cronograma Executado	Março a outubro de 2012
Recursos Humanos	03 Servidores

Ação	Benefícios concedidos com Declarações de Atividade Rural
Área	Benefícios
Unidades	Gerência-Executiva Juazeiro do Norte
Escopo	Avaliação da regularidade das Declarações de Atividade Rural fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de AIUABA/CE, que subsidiaram concessão de benefícios das espécies Aposentadoria por Idade e Salário Maternidade. Ação oriunda de demanda da Procuradoria da República no Município de Juazeiro do Norte/CE.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Junho a agosto de 2012
Recursos Humanos	03 Servidores

Ação	Concessão de benefícios com vínculos extemporâneos
Área	Benefícios
Unidades	Gerência-Executiva São Luís
Escopo	Análise das alterações cadastrais e vínculos de segurados junto ao sistema CNIS para concessão de benefícios.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Junho a setembro de 2012
Recursos Humanos	03 Servidores

Ação	Benefícios da espécie 88 (Amparo Assistencial ao Idoso)
Área	Benefícios
Unidades	Gerências-Executivas São Luís e Imperatriz
Escopo	Análise da documentação comprobatória para o direito à concessão de benefícios da espécie 88 (Amparo Social ao Idoso).
Total de Ações	02
Cronograma Executado	Julho a setembro de 2012
Recursos Humanos	03 Servidores

Ação	Benefícios mantidos nas Gerências-Executivas - Região Sul - com registros inválidos de Data de Nascimento.
Área	Benefícios
Unidades	Gerências-Executivas Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas, Florianópolis, Blumenau, Criciúma, Joinville.
Escopo	Avaliação da eficácia e eficiência dos mecanismos que controlam os

Total de Ações	benefícios mantidos com data de nascimento inválida.
Cronograma Executado	13
Recursos Humanos	Abril a julho de 2012
	03 Servidores

2.3.2 Ações Extraordinárias

Ação	Avaliação dos laudos médicos periciais na GEX Maringá
Área	Benefícios
Unidades	Gerência-Executiva Maringá
Escopo	Avaliação com ênfase na aderência às normas que regem o direito inicial ao benefício e à licitude ética da conduta médico pericial.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Agosto a Setembro de 2012
Recursos Humanos	02 Servidores

Ação	Benefícios concedidos na APS de Salgueiro - GEX Petrolina/PE
Área	Benefícios
Unidades	Gerência-Executiva Petrolina – Agência da Previdência Social de Salgueiro
Escopo	Análise da eficiência / eficácia dos controles instituídos para concessão de benefícios, com observação da legalidade dos atos.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Outubro a dezembro de 2012
Recursos Humanos	04 Servidores

2.4 Notas Técnicas emitidas

Nota Técnica nº 001/INSS/AUDGER, de 03 de julho de 2012

Resultado do Trabalho de prospecção de dados realizado, oriundo do cruzamento de informações contidas nas bases de dados da Maciça mensal do RGPS e de servidores ativos e inativos do Governo do Distrito Federal (GDF).

I. OBJETIVOS

- a) Sinalizar a existência de recebimento de benefícios da Previdência Social acumulados indevidamente com cargos e/ou funções públicas de servidores ativos e inativos de órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF);
- b) Evitar perdas financeiras decorrentes de procedimentos irregulares ou antieconômicos;
- c) Sinalizar a causa das fragilidades evidenciadas relativas à acumulação de cargos públicos e recebimento indevido de benefícios por servidores do GDF; e
- d) Identificar possíveis falhas no controle do cadastro dos benefícios do RGPS através dos registros depurados.

II. RESULTADOS

- a) Benefícios sem o número do CPF ou com número inválido (386.340), tornando vulnerável a consistência do cadastro de benefícios do INSS e dificultando a identificação do pagamento de benefícios acumulados indevidamente;
- b) Índícios de acumulação indevida em 93 (noventa e três) benefícios.

- c) Restou evidenciado que a manutenção inadequada do cadastro e a não cessação de benefícios que configuram acumulações indevidas são práticas que ainda ocorrem devido à fragilidade dos controles instituídos.

Nota Técnica nº 02/AUDGER/INSS, de 03 de agosto de 2012

Resultado de trabalho de auditoria realizado em perícias em trânsito registradas no SABI.

I. OBJETIVOS

- a) Traçar o perfil de benefícios com perícias em trânsito realizadas na matrícula de determinado perito médico (objeto de denúncia) e dos laudos médico-periciais correspondentes;
- b) Identificar os pontos de fragilidade do processo de concessão de benefícios por incapacidade através de perícias em trânsito.

II. ESCOPO

- a) Perícias em trânsito registradas no SABI tendo sido realizadas em Agência da Previdência Social diferente da mantenedora com indícios de não comparecimento do segurado para a realização da Perícia Médica.

III. RESULTADOS

- a) Foram identificados 119 (cento e dezenove) benefícios com APS concessora divergente da APS de realização de perícia médica, para cuja maioria não houve agendamento ou com agendamento para Unidade Federativa diversa daquela na qual consta o registro da perícia. Prejuízo mensal estimado de R\$ 282.331,00 (duzentos e oitenta e dois mil trezentos e trinta e um reais).

IV. RECOMENDAÇÕES

- a) Proceder às revisões dos sistemas informatizados, dos processos internos e das normas vigentes com relação às perícias em trânsito, a fim de minimizar o risco de irregularidades;
- b) Realizar gestão junto à Dataprev para a criação de logs e outros mecanismos de identificação e monitoramento dos agentes públicos envolvidos nas operações da Instituição, a fim de identificar o perito médico, o IP do equipamento utilizado para registro dos dados da perícia e sua localização;
- c) Implantar “travas” no SABI para que somente matrículas de médicos autorizados possam realizar perícias em trânsito; registrar os IPs das máquinas em que ocorrem ações de *login*, inclusões e alterações no SABI, possibilitando rastreamento das irregularidades (recomendação contida no Relatório de Informação nº 018/CTAPI/APEGR/SE/MPS).

2.5 Metas e Resultados da Ação no Exercício de 2012

As atividades desenvolvidas no exercício de 2012 estão relacionadas à Ação 2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos, que abrange as atividades de Auditoria, Corregedoria e Tomada de Contas Especial.

Especificamente em relação às atividades de Auditoria, registra-se que as restrições orçamentárias e de pessoal verificadas no decorrer do exercício não impactaram na execução das ações, superando-se, inclusive, a meta prevista para o exercício. Foram realizadas 867 (oitocentas e sessenta e sete) ações, representando uma execução de 139,84%.

Das 867 (oitocentas e sessenta e sete) ações realizadas, 108 (cento e oito) referem-se a ações não planejadas, sendo 106 (cento e seis) de acompanhamento das implementações pelos demandados, concernentes às determinações/recomendações dos Órgãos de Controle e 02 (duas) especiais.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DA AÇÃO 2562

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
Prevista	Executada	%	Autorizada	Executada	%
1.300	1.366	105,08	6.000.000,00	5.352.996,92	89,22

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA POR ÁREA

ÁREA	META FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	%	
Auditoria	620	867	139,84	1.720.933,30
Corregedoria	640	452	70,63	3.334.561,23
Tomada de Contas Especial	40	47	117,50	297.502,39
TOTAL	1.300	1.366	105,08	5.352.996,92

2.6 Demonstrativo de Ações Concluídas por Unidade de Auditoria no Sistema

AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2012		AUDGER	MAN	SAL	BHZ	REC	RJ	FLO	SP	BSB	TOTAL
1	Avaliação dos Atos e Fatos da Gestão e Parecer de Auditoria	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2	Programa de Auditoria Operacional Gestão do Conhecimento Institucional	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
3	Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações	1	2	2	3	3	2	3	2	2	20
4	Auditoria na Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS	1	2	4	4	4	2	4	4	4	29
5	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada	3	5	10	20	20	9	23	29	13	132
6	Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS	2	4	8	16	16	7	20	24	10	107
7	Auditoria Contínua na Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade	1	4	8	16	16	7	20	24	10	106
8	Auditoria no Processo de Gestão do Atendimento nas Unidades com Regime Especial de Atendimento	1	1	1	2	2	2	4	3	2	18
9	Auditoria no Processo de Gestão dos Programas e Ações Governamentais	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
10	Auditoria no Processo do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS	1	2	2	3	3	3	3	6	3	26
11	Auditoria no Processo de Gerenciamento de Restituição ao Erário	1	2	3	3	4	3	3	4	3	26
12	Auditoria Contínua na Gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social – RGPS	1	4	8	15	15	7	19	23	9	101
13	Auditoria na Manutenção de Benefícios por Incapacidade Reativados por Determinação Judicial	Substituída pela Ação Conjunta INSS/CGU									
14	Auditoria no Processo de Indeferimento e Reabertura de Benefícios	1	2	3	3	4	3	4	3	3	26
15	Auditoria Contínua no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios – PAB e Crédito Diário	1	4	8	15	15	7	19	23	9	101
16	Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social	1	0	2	4	4	2	4	6	3	26
17	Auditoria no Processo de Gestão da Segurança da Informação no INSS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
18	Auditoria no Processo de Gestão do Controle de Acesso Lógico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
100	Ações de Risco Local	0	0	9	3	4	0	13	0	0	29
200	Ações Especiais	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
300	Ações de Acompanhamento	1	4	8	15	16	7	20	24	11	106
TOTAL DE AÇÕES POR UNIDADE DE AUDITORIA		28	36	76	122	127	61	160	175	82	867

Fonte: SA4

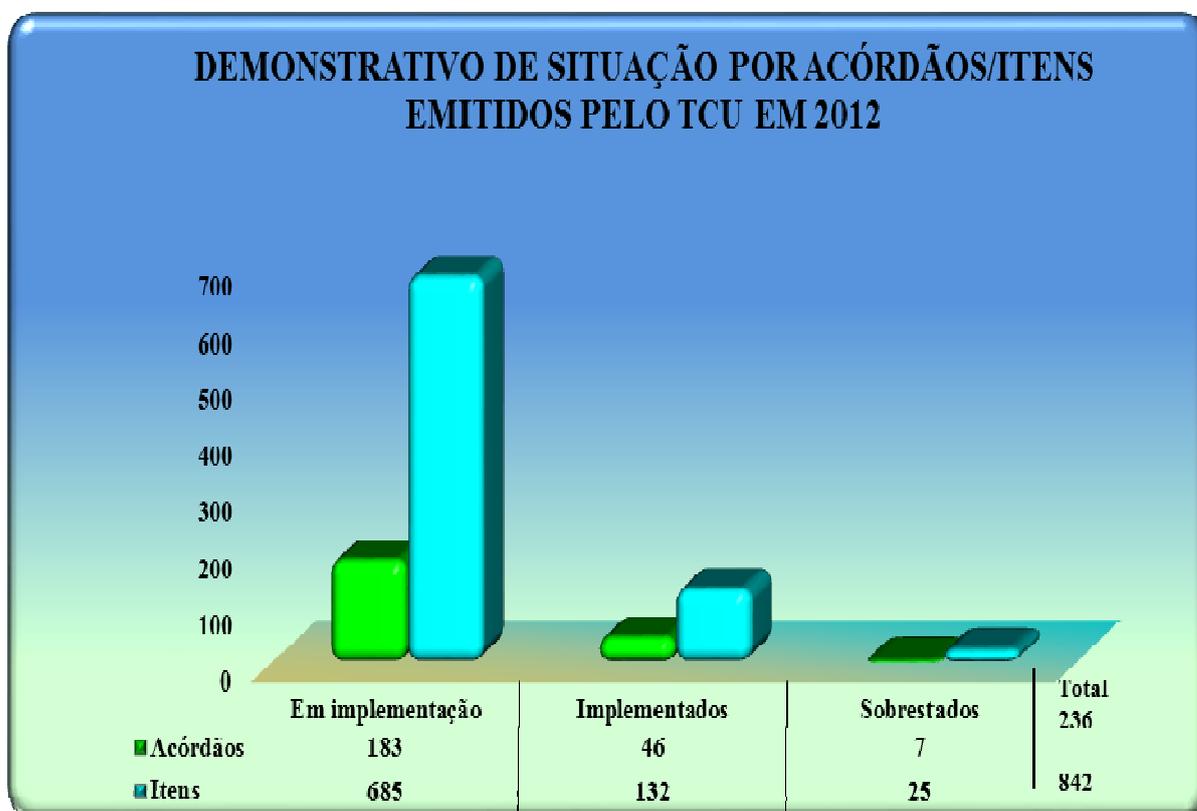
3 Registro Quanto à Implementação ou Cumprimento, pela Entidade, ao Longo do Exercício, de Recomendações ou Determinações Efetuadas pelos Órgãos Central e Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

Ao longo do exercício foram realizadas atividades de acompanhamento das demandas recebidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), das recomendações formuladas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e das recomendações expedidas pela Auditoria Interna do INSS.

3.1 Determinações e Recomendações Oriundas dos Órgãos de Controle Externo

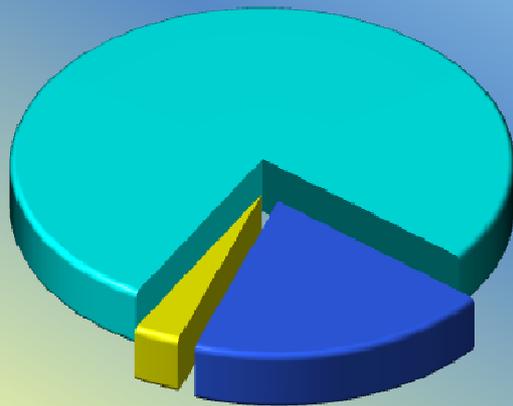
Cabe registrar que a Auditoria Interna realiza acompanhamento do cumprimento das determinações/recomendações demandadas pelos Órgãos de Controle Externo por meio do aplicativo denominado Controle de Demandas Externas (CONDEX).

No exercício de 2012, foram recebidos 236 (duzentos e trinta e seis) Acórdãos por esta Autarquia, contendo 842 (oitocentos e quarenta e dois) itens de determinações/recomendações, expedidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Destes, foram implementados 46 (quarenta e seis) Acórdãos e 132 (cento e trinta e dois) itens, sendo que os demais se encontram em implementação ou sobrestados, conforme demonstrado nos gráficos a seguir.



Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX), extraído em 25/01/2013.

DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO POR ACÓRDÃOS EMITIDOS PELO TCU EM 2012



■ Em implementação = 76%

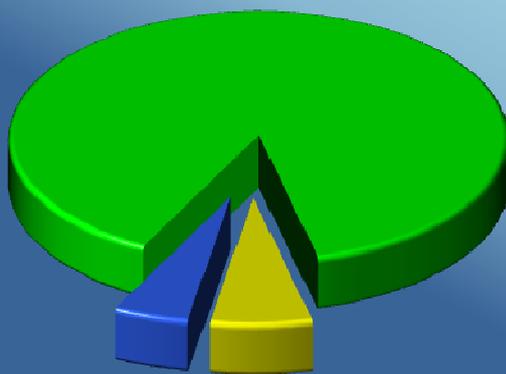
■ Implementados = 21%

■ Sobrestados = 3%

Total de Acórdãos = 236

Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX), extraído em 25/01/2013.

DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO POR ACÓRDÃOS EMITIDOS PELO TCU ENTRE 2005 E 2011



■ Em implementação = 5%

■ Implementados = 88%

■ Sobrestados = 7%

Total de Acórdãos = 699

Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX), extraído em 25/01/2013.

Observação: Não constam pendências para os Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União anteriores ao ano de 2005.

O Anexo I (Determinações e Recomendações do Órgão de Controle Externo) apresenta, de forma detalhada, o número do Acórdão e a descrição da determinação ou recomendação exarada pelo TCU.

3.2 Recomendações da Controladoria-Geral da União

No que diz respeito às questões demandadas pela Controladoria-Geral da União, a Auditoria adota a mesma sistemática de acompanhamento utilizando o CONDEX.

De forma a elucidar o montante tratado no exercício de 2012, foi elaborado o Anexo II (Recomendações da Controladoria-Geral da União) e a seguir demonstrados, graficamente, os quantitativos, conforme os status: Em implementação e Implementada.



3.3 Recomendações da Auditoria Interna

As recomendações emitidas pela Auditoria Interna totalizaram 574 (quinhentas e setenta e quatro), decorrentes das ações desenvolvidas no exercício de 2012, contidas no PAINT 2012, Ações de Risco Local e Especiais, que objetivaram o aperfeiçoamento dos controles associados aos processos objetos de avaliação, o aprimoramento da gestão por resultados, a aderência às normas e a mitigação dos riscos, que, em síntese, apresenta-se da seguinte forma:

Unidades	Recomendações			
	Emitidas	Baixadas	Em implementação	
			Dentro do Prazo	Fora do Prazo
Auditoria-Geral	79	0	73	6
Manaus	9	0	9	0
Salvador	53	0	53	0
Belo Horizonte	94	25	2	67
Recife	76	0	62	14
Rio de Janeiro	48	0	35	13
Florianópolis	91	37	7	47
São Paulo	84	19	58	7
Brasília	40	0	40	0
TOTAL	574	81	339	154

As recomendações da Auditoria Interna apresentam-se, de forma detalhada, no Anexo III (Recomendações da Auditoria Interna).



As recomendações formuladas pela Auditoria recebem acompanhamento sistemático por meio do Sistema de Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Auditoria Interna (SA4). Dentre outras funcionalidades, permite a interatividade com o gestor, possibilitando as respostas de recomendações e anexação dos documentos digitalizados necessários para análise quanto ao atendimento. Em tempo real, os técnicos da auditoria acompanham as respostas dos auditados às recomendações.

3.4 Ações Relativas a Demandas da Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral da Previdência Social é a instância administrativa responsável por acolher reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões dos cidadãos referentes aos serviços e atendimento prestados pelo Ministério da Previdência Social e suas autarquias, sendo o seu objetivo construído para estreitar a integração entre a sociedade e o governo, permitindo melhorar a qualidade dos serviços previdenciários no País. Além de evidenciar transparência nas relações com os segurados e beneficiários, a Ouvidoria-Geral contribui para o efetivo controle social das atividades desenvolvidas pelo Ministério da Previdência Social.

Em síntese, o demonstrativo, a seguir apresentado, contém o quantitativo de reclamações, sugestões, denúncias e elogios oriundos da sociedade, referentes aos serviços previdenciários.

OCORRÊNCIAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA					
Tipos de Ocorrências	Registradas	Pendentes na Ouvidoria	Pendentes nas áreas solucionadoras	Respondidas/Encerradas	Índice de Resposta / Encerramento
Benefício	55.055	626	6.750	47.683	86,61
Atendimento Bancário	49.800	3.707	1.616	44.485	89,33
Atendimento Previdenciário	34.333	489	3.351	30.487	88,80
Denúncia	21.530	361	6.100	15.069	69,99
Solicitação Diversa	9.123	281	593	8.242	90,34
Elogio	3.621	60	0	3.561	98,34
Arrecadação/Fiscalização	3.350	43	292	3.015	90,00
Sugestão	713	9	0	705	98,88
Total Geral/2012	177.525	5.576	18.702	153.247	86,32
Total Geral/2011	184.964	2.384	17.465	165.115	89,27
Percentual	-4%	134%	7%	-7%	-3%
Status	Redução	Aumento	Aumento	Redução	Redução

Fonte: Sistema SOU-Web (Registros cadastrados entre 01/01/2012 e 31/12/2012 - Brasil)

Efetuando-se o comparativo em relação às informações finalizadas nos exercícios de 2011/2012, é possível observar uma redução do índice de resposta e encerramento das ocorrências recebidas pela Ouvidoria-Geral.

No exercício de 2012, a Ouvidoria registrou o quantitativo de 21.530 denúncias, dentre as quais foram encaminhadas à Auditoria Interna 16 (dezesseis).

3.5 Demais Denúncias Recebidas

As denúncias não registradas no Sistema de Ouvidoria (SOUWeb), referem-se a demandas encaminhadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) a esta Auditoria para fins de apuração.

O gráfico a seguir demonstra o quantitativo de denúncias, por situação em que se encontram (Concluídas e Em andamento), com detalhamento apresentado no Anexo V (Denúncias encaminhadas pela CGU à Auditoria).



4 Relato Gerencial sobre a Gestão de Áreas Essenciais da Unidade, com Base nos Trabalhos Realizados

A manifestação acerca dos controles instituídos para gerenciamento permite demonstrar o empenho para alcance da excelência da Gestão do INSS, em razão da sua Missão Institucional e Visão de Futuro, por meio do Planejamento e Gestão Estratégica, incluindo os indicadores de desempenho e as ações estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual.

Destacamos que a Missão Institucional consiste em “Garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com objetivo de promover o bem-estar social” e a sua Visão de Futuro consiste em “Ser reconhecida como patrimônio do trabalhador e sua família, pela sustentabilidade de regimes previdenciários e pela excelência na gestão, cobertura e atendimento”.

4.1 Das Metas Previstas no Plano de Ação do INSS

Para o acompanhamento das metas previstas e realizadas dos indicadores de desempenho, foi utilizada como ferramenta de gestão o Painel de Desempenho do INSS, disponível na Intraprev no endereço <http://www-plano2012>, cujas informações encontram-se consolidadas no quadro a seguir:

Indicador	Unidade Medida	Previsto/Realizado	1ºTrim	2ºTrim.	3ºTrim.	4ºTrim.
MOB CGU/TCU	Qtde Processos	P	366.167	258.476	147.749	0
		R	397.406	336.970	295.825	259.312
Índice de Resolutividade (IRES)	%	P	48,22%	49,81%	51,59%	53,60%
		R	48,95%	53,48%	58,05%	57,87%
Tempo Médio de Concessão (TMC)	Dias	P	25	24	22	21
		R	29	29	26	30
N.º Processos em análise há mais de 75 dias	Qtde Processos	P	18.602	15.037	11.832	6.558
		R	33.223	37.709	34.294	37.241
Tempo Médio de Tramitação Processo Inic. Recurso Administrativo (TMTR)	Dias	P	117	94	75	46
		R	168	339	229	184
Tempo Médio de Cumprimento de Decisão de Recurso Administrativo (TMCDR)	Dias	P	34	31	29	27
		R	46	52	16	14
Índice de Concessão em Grau de Recurso Administrativo (ICR)	%	P	2,15%	2,02%	1,83%	1,57%
		R	0,86%	0,82%	0,76%	0,76%
Tempo Médio Revisão de Benefícios Previdenciários (TMRB)	Dias	P	195	143	90	42
		R	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	Dias	P	21	19	17	15
		R	24	28	18	20
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado - Perícia Médica (TMEA-PM)	Dias	P	24	21	19	17
		R	28	30	24	35
Tempo Médio Espera do Atendimento Agendado até a Aval. Social (TMEA-AS)	Dias	P	17	15	14	12
		R	26	31	25	30
Tempo Médio de Permanência do Segurado em Processo de Reabilitação Profissional (TMRP)	Dias	P	398	376	359	341
		R	471	465	472	475

Em relação aos indicadores de desempenho selecionados para o acompanhamento das Ações Descentralizadas, cujas metas foram pactuadas por meio de Termo de Compromisso de Resultados por todas as unidades da Rede de Atendimento, Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e pelo Presidente do INSS, destacamos os seguintes aspectos:

- a) **MOB CGU/TCU:** Este indicador foi instituído com o objetivo de mensurar os trabalhos de análise e monitoramento operacional dos benefícios encaminhados

pela Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União, para averiguação de sua regularidade, até 31 de dezembro de 2012, tendo como meta zerar o estoque de tais processos. Em que pese o não atingimento do desafio estabelecido, registre-se a redução em mais de 40% do estoque existente. Dentre as restrições apontadas nas avaliações realizadas pelos gestores, destacam-se as restrições orçamentárias e a deficiência de pessoal capacitado para a realização das atividades;

- b) **Índice de Resolutividade (IRES):** Responsável por medir o nível de resolubilidade dos requerimentos de benefício no momento do atendimento, o IRES apresentou uma evolução de aproximadamente 9 pontos percentuais no decorrer do ano, chegando a atingir, no mês de julho de 2012, mais de 66% de resolubilidade nos atendimentos realizados (excetuados os benefícios que exigem a realização de perícia médica), aproximando-se no nível de excelência fixado para o indicador em 70%. Contudo, verifica-se uma redução sequencial dos resultados no segundo semestre, encerrando o exercício em 57,87%. Entre as restrições citadas pelos gestores com impacto direto nos resultados obtidos, destaca-se a ocorrência de indisponibilidade e lentidão dos sistemas corporativos, que afetam diretamente a duração e a resolubilidade do atendimento, bem como a necessidade de capacitação dos servidores para maior segurança e qualidade na execução das atividades;
- c) **Tempo Médio de Concessão (TMC):** O indicador, responsável pela mensuração do tempo médio decorrido entre a data do agendamento do atendimento a decisão favorável do benefício, encerrou o exercício em 30 dias, ficando, dessa forma, acima do resultado obtido em dezembro de 2011, apurado em 27 dias. As dificuldades em atingir as metas definidas foram acentuadas em todas as Superintendências Regionais no decorrer do último trimestre, com destaque para a Superintendência Regional Sul, onde o indicador apurado para o mês de dezembro foi de 40 dias. As limitações apontadas pelos gestores no desempenho do indicador estão relacionadas às indisponibilidades nos sistemas corporativos, escassez de pessoal e restrições orçamentárias ocorridas no decorrer do exercício. Desse modo, os resultados apurados ressaltam a necessidade de adoção de ações de melhoria visando à superação das dificuldades registradas no decorrer do ano, possibilitando, dessa forma, a diminuição do tempo de espera para a concessão dos benefícios;
- d) **N.º Processos em análise há mais de 75 dias:** O indicador, se comparado ao resultado obtido ao final de 2011 (33.421 processos), também apresentou involução no decorrer de 2012, encerrando o exercício em 37.241, bem acima da meta nacional, estabelecida em 6.558 processos. A partir dos totais mensais apurados, é possível observar que as iniciativas de desrepesamento adotadas por ocasião da mensuração do IMA-GDASS refletem nos resultados de meses específicos, voltando a subir nos meses subsequentes. Ressalta-se, dessa forma, a necessidade de adoção de medidas que garantam a melhoria contínua e perene dos resultados, desvinculadas dos movimentos cíclicos relacionados à mensuração do IMA-GDASS;
- e) **Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA):** Este indicador, instituído com o objetivo de aferir o tempo que o cidadão aguarda entre a data de

solicitação do agendamento e a data do atendimento, encerrou o exercício em 20 dias, representando uma redução de 1 dia em relação ao resultado apurado em dezembro/2011, tendo chegado a 28 dias no mês de junho/2012. Dentre as restrições apontadas pelos gestores, destacam-se a existência de Agências com demandas maiores que a sua capacidade de atendimento e as limitações orçamentárias para o deslocamento de servidores enfrentadas no decorrer do ano;

- f) **Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado da Perícia Médica (TMEA-PM):** O resultado apurado em dezembro/2012 foi de 35 dias, correspondendo a mais de 100% acima da meta prevista, que era de 17 dias, e acima do resultado obtido no mesmo mês em 2011, quando se apurou um TMEA-PM de 32 dias. Analisando-se a evolução do indicador nos últimos dois anos, verifica-se que os resultados têm mantido uma tendência de crescimento, sendo que no início do referido período o indicador encontrava-se em torno de 19 dias. Observa-se que as medidas adotadas no Plano Emergencial contribuíram para a redução do indicador ao longo do segundo semestre, havendo, contudo, uma involução dos resultados nos meses de novembro e dezembro. A insuficiência de médicos peritos e, em alguns casos, até inexistência deste profissional nas unidades, impactaram no desempenho do indicador, de acordo com os gestores, bem como os reflexos do movimento iniciado em 2009 por parte dos Peritos Médicos, denominado “Movimento pela Excelência no ato Médico Pericial”. Conforme os resultados apontam, a perícia médica tem se demonstrado como a questão crucial a ser tratada pelos gestores da instituição, haja vista o impacto que ela possui sobre grande parte dos benefícios administrados pela Casa;
- g) **Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado até a Avaliação Social (TMEA-AS):** O indicador apresentou evolução similar ao registrado no TMEA e TMEA-PM, com melhora dos resultados a partir de julho, com nova elevação dos valores ao final do exercício, quando totalizou, em média, 30 dias de espera até a realização da Avaliação Social, bem acima da meta pactuada, de 12 dias, e acima do resultado de dezembro/2011, de 27 dias. As restrições de pessoal e orçamentária também foram apontadas pelos gestores como impactantes nos resultados obtidos;
- h) **Tempo Médio de Tramitação dos Processos Iniciais de Recurso Administrativo (TMTR):** Este indicador, que tem como objetivo mensurar o tempo decorrido entre a entrada do pedido de recurso na APS e seu encaminhamento à Junta de Recursos, encerrou o exercício em 184 dias, ficando aquém da meta estipulada para dezembro de 46 dias e acima do resultado apurado em dezembro de 2011, calculado em 165 dias. Observa-se uma grande variação nos resultados apurados no decorrer do ano, com valores variando entre 143 dias (janeiro) e 483 dias (outubro). Tais diferenças explicam-se, segundo a avaliação dos gestores, em virtude dos processos recursais antigos estarem sendo despachados para a Junta de Recursos, o que ocasiona uma elevação do TMTR. A ausência de ferramentas de acompanhamento do indicador e a necessidade de depuração dos dados constantes no sistema RECBEN são questões também apontadas pelos gestores como restritivas ao bom andamento da ação, uma vez que a verificação dos processos tem que ser feita de forma manual;

- i) **Tempo Médio de Cumprimento de Decisão de Recurso Administrativo (TMCDR):** O indicador, implementado com o objetivo de mensurar o tempo médio gasto pelo INSS para cumprimento das decisões definitivas dos processos de recurso administrativo retornados das Juntas de Recurso, encerrou o mês de dezembro em 14 dias, atingindo a meta estabelecida para o exercício, pactuada em 27 dias. Ressalta-se que este foi o primeiro indicador a atingir o Nível de Excelência, definido pela Casa em 30 dias, resultado esse alcançado por todas as Superintendências Regionais;
- j) **Tempo Médio de Revisão de Benefícios Previdenciários (TMRB):** Este indicador, que tem como objetivo medir o tempo médio de processamento das revisões em uma APS, foi implementado a partir do Plano de Ação 2010, encontrando-se até a presente data sem aferição, impossibilitando dessa forma a avaliação do seu desempenho;
- k) **Tempo Médio de Permanência do Segurado em Processo de Reabilitação Profissional (TMRP):** Instituído com o objetivo de mensurar o tempo que o segurado permanece em processo de reabilitação profissional, considerando desde o encaminhamento até a conclusão do programa, o TMRP encerrou o ano de 2012 em 475 dias, média essa mantida no decorrer do exercício, porém, acima do valor apurado no mês de dezembro/2011, quando atingiu o resultado de 408 dias. Na avaliação realizada pelos gestores, destacou-se a baixa governabilidade sobre a meta, haja vista que a duração da RP depende de fatores externos como o grau de instrução do reabilitando, na capacidade de aprendizado da nova recolocação profissional, no interesse em se reabilitar, na oferta de cursos, na articulação com as empresas para a troca de função. Entre outros fatores restritivos citados, destacam-se a ausência de um sistema informatizado de gerenciamento da RP, as limitações orçamentárias e de pessoal e a necessidade de capacitações nesta área.

4.2 Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Em 2012, o acompanhamento e o controle da execução física e financeira das Iniciativas e Ações Governamentais, estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) foram realizados sem a utilização de instrumento adequado, haja vista que o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan foi desativado pela órgão gestor, dificultando sobremaneira as atividades de monitoramento, considerando a falta de tempestividade na avaliação quantitativa e qualitativa dos resultados ao longo do exercício.

Segundo o direcionamento dado pelo PAINT, foram desenvolvidas Ações de Auditoria com intuito de avaliar os registros orçamentários, financeiros e contábeis, verificando os demonstrativos e o desempenho da gestão. Os trabalhos foram centrados, basicamente, na avaliação das ações governamentais, conforme demonstra a tabela a seguir.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ação	Programa	UO	Descrição	Área	Meta Física	Meta Financeira	Avaliação Em relação à previsão inicial
					% de Realização acumulado	% de Realização acumulado	
02562	2061	33201	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas	Auditoria	105,08	89,22	Satisfatório
02563	2061	33201	Gerenciamento da Qualidade dos Serviços	DIRAT	93,18	85,24	Satisfatório
04405	2061	33201	Previdência Eletrônica - Call Center e 135	DIRAT	100	80,17	Satisfatório
02585	2061	33201	Serviço de Reabilitação Profissional	DIRSAT	n/c	57,10	Insatisfatório
009K	0089	33201	Complementação de Aposentadorias e Pensões - RFF S/A	DIRBEN	n/c	94,83	Satisfatório
0536	0909	33201	Pagamento de Benefícios Legislação Especial - EPU	DIRBEN	175,31	94,00	Satisfatório
02A57	2061	33201	Remuneração dos Serviços Postais	DIRBEN	44,16	70,63	Meta física Superestimada
020HT	2061	33201	Sistema Nac. de Inf. De Registro Civil	DIRBEN	56,68	27,02	Metas Financeira Superestimada
02591	2061	33201	Serviço Reconhecimento Direitos de Benefícios	DIRBEN	95,59	91,46	Satisfatório
00E81	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos - Aposentadoria	DIRBEN	n/c	66,14	Insatisfatório
00E82	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Rurais - Aposentadoria	DIRBEN	n/c	71,17	Satisfatório
00E82	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários	DIRBEN	n/c	100,00	Satisfatório

Proteção para o Trabalhador e sua Família

Ação	Programa	UO	Descrição	Área	Meta Física	Meta Financeira	Avaliação Em relação à previsão inicial
					% de Realização acumulado	% de Realização acumulado	
Rurais - Auxílio							
00E81	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos – Auxílio	DIRBEN	n/c	100,00	Satisfatório
00E81	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos - Auxílio Deslocamento de Segurado	DIRBEN	n/c	99,95	Satisfatório
009W	2061	33904	Compensação Previdenciária	DIRBEN	n/c	96,19	Satisfatório
00E82	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Rurais - Pensão	DIRBEN	n/c	100,00	Satisfatório
00E81	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos - Pensão	DIRBEN	n/c	100,00	Satisfatório
00E82	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Rurais - Salário Família	DIRBEN	n/c	99,73	Satisfatório
00E81	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos - Salário Família	DIRBEN	n/c	100,00	Satisfatório
00E82	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Rurais - Sal. Maternidade	DIRBEN	n/c	100,00	Satisfatório
00E81	2061	33904	Pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos - Sal. Maternidade	DIRBEN	n/c	100,00	Satisfatório
0181	0089	33201	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Pessoal Civil	DIRGP	n/c	100,00	Satisfatório

Ação	Programa	UO	Descrição	Área	Meta Física	Meta Financeira	Avaliação Em relação à previsão inicial
					% de Realização acumulado	% de Realização acumulado	
009HB	2114	33201	Contribuição da União, Autarquias e Fundações	DIRGP	n/c	18,85	Meta Financeira Superestimada
020TP	2114	33201	Pagamento de Pessoal Ativo da União	DIRGP	n/c	490,44	Meta Financeira Subestimada
02004	2114	33201	Assistência Médica e Odontológica do Servidor	DIRGP	n/c	3,48	Meta Financeira Superestimada
02010	2114	33201	Assistência Pré-Escolar	DIRGP	133,40	2,91	Meta Financeira Superestimada
02011	2114	33201	Auxílio Transporte ao Servidor e Empregado	DIRGP	116,31	880,05	Meta Financeira Subestimada
02012	2114	33201	Auxílio Alimentação ao Servidor e Empregado	DIRGP	99,05	381,87	Meta Financeira Subestimada
02000	2114	33201	Administração da Unidade	DIROFL	n/c	32,73	Meta Financeira Superestimada
0116V	2061	33201	Instalação de Unidade de Funcionamento do INSS	DIROFL	22,16	42,57	Metas Física e Financeira Superestimadas
020HR	2061	33201	Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social	DIROFL	108,70	4,38	Meta Financeira Superestimada
02593	2061	33201	Funcionamento das Unidades Descentralizadas	DIROFL	89,86	540,43	Meta Financeira Subestimada
08426	2061	33201	Regularização e Desimolização de Imóveis	DIROFL	60	0,01	Metas Financeira Superestimada
08869	2061	33201	Reformas e Adaptações das Unidades do INSS	DIROFL	200	25,19	Metas Física Subestimada e Meta Financeira Superestimada
0005	0901	33201	Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças	PFE	n/c	100,00	Satisfatório

Ação	Programa	UO	Descrição	Área	Meta Física	Meta Financeira	Avaliação Em relação à previsão inicial
					% de Realização acumulado	% de Realização acumulado	
			(Justiça Federal) 33201				
0005	0901	33904	Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças (Justiça Federal) 33904	PFE	n/c	100,00	Satisfatório
00G5	0901	33201	Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças (Justiça Federal)	PFE	n/c	16,32	Meta Financeira Superestimada
0625	0901	33904	RPV Sentença Judicial Transitado em Julgado	PFE	n/c	99,93	Satisfatório
0482	0901	33904	RPV Sentença Judicial	PFE	n/c	91,12	Satisfatório
0486	0901	33904	Precatório Justiça Comum Estadual	PFE	n/c	78,60	Satisfatório
02294	2061	33201	Defesa Judicial da Previdência Social Básica	PFE	120,20	83,82	Satisfatório
C4572	2114	33201	Capacitação de Servidores	Pres/CFAI	44,01	68,34	Insatisfatório
020GN	2061	33201	Educação Previdenciária e Financeira	Pres/CFAI	80,31	22,71	Meta Financeira Superestimada
02292	2061	33201	Serviço de Processamento dados Benefícios Previdenciários	Pres/CGTI	125,35	81,97	Satisfatório
02564	2061	33201	Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS	Pres/CGTI	139,23	88,66	Satisfatório
02582	2061	33201	Serviço de Processamento de Dados	Pres/CGTI	105,46	76,16	Satisfatório

4.3 Restos a Pagar

Os créditos orçamentários relativos a Restos a Pagar totalizaram o montante de R\$517.526.622,05 (quinhentos e dezessete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinco centavos), incluindo os saldos de reinscrição, deduzindo-se os valores de cancelamento, conforme demonstrativo:

Restos a Pagar	Valor (R\$)	Percentual
Inscritos	579.200.385,54	100%
Reinscritos	59.633.566,70	100%
Cancelamento (inscritos e reinscritos)	121.307.330,19	19%
Valor Totalizado (inscritos e reinscritos)	517.526.622,05	81%

Da análise verifica-se a liquidação de aproximadamente noventa por cento sobre o valor totalizado cuja relação se apresenta:

Restos a Pagar	Valor (R\$)	Percentual
Líquido (Valor Totalizado)	517.526.622,05	100%
Pagos	468.252.892,04	90,47%
A liquidar	49.269.518,01	9,52%
Precatório	4.212,00	0,01%

O detalhamento de Restos a Pagar a Liquidar apresenta-se na Tabela a seguir, por programa, subação, valor líquido, valor a pagar, percentual sobre o valor inscrito e por modalidade de inscrição e área responsável pela ação.

RESTOS A PAGAR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 33201

Programa	Subação	RAP (Inscritos+ Reinscritos - Cancelados)	RP a Pagar	% a Pagar	Não Processado Valor (R\$)	Processado Valor (R\$)	Ação	
0083	2294	Defesa Judicial da Previdência Social Básica	547.050,02	15.391,72	2,81	1.775,46	13.616,26	PFE
0083	2571	Orientação do Reconhecimento Direito do Segurado	13.231,33	1.046,12	7,91	0,00	1.046,12	DIRBEN
0083	2578	Serviço de Perícia Médica	90.548,98	359,05	0,40	337,22	21,83	DIRSAT
0083	2585	Serviço de Reabilitação Profissional	6.482.053,84	55.225,02	0,85	27.597,14	27.627,88	DIRSAT
0083	2591	Serviço de Reconhecimento Direitos de	259.982,92	4.963,65	1,91	4.179,60	784,05	DIRBEN

Programa	Subação	RAP (Inscritos+ Reinscritos - Cancelados)	RP a Pagar	% a Pagar	Não Processado Valor (R\$)	Processado Valor (R\$)	Ação	
Benefícios								
0083	2593	Funcionamento das Unidades Descentralizadas	51.627.177,73	2.314.775,73	4,48	1.020.654,69	1.294.121,04	DIROFL
0083	2593	Funcionamento das Unidades Descentralizadas - Investimento	10.024.124,08	1.393.263,41	13,90	132.694,52	1.260.588,89	DIROFL
0083	2272	Gestão de Administração do Programa - Nacional	9.247,97	2.701,93	29,22	2.701,93	0,00	GAP
0085	116V	Instalação de Unidade de Funcionamento do INSS - Investimento	59.987.169,41	16.059.358,32	26,77	1.307.746,17	14.751.612,15	DIROFL
0085	2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas	1.005,03	210,63	20,96	206,76	3,87	Auditoria
0085	2563	Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários	12.814,13	3.434,93	26,81	26,88	3.408,05	DIRAT
0085	3896	Modernização e Expansão da Capacidade Tecnológica - Investimento	12.398.751,10	965.727,01	7,79	0,00	965.727,01	DIRAT
0085	4405	Previdência Eletrônica - Call Center e 135	15.583.983,24	3.178.237,93	20,39	3.178.237,93	0,00	DIRAT
0085	5509	Reformulação das APS - Nacional	856.870,41	197.453,94	23,04	0,00	197.453,94	DIROFL
0085	5509	Reformulação das APS - Nacional - Investimento	346.779,36	76.026,61	21,92	39.493,39	36.533,22	DIROFL
0085	8869	Reformas e Adaptações das Unidades do INSS	31.540.000,52	7.836.524,31	24,85	348.986,03	7.487.538,28	DIROFL
0085	8869	Reformas e Adaptações das Unidades do INSS - Investimento	2.739.917,19	312.267,30	11,40	0,00	312.267,30	DIROFL
0087	4572	Capacitação Servidores - Proc. Qualif. Requalif.	628.705,82	153.393,27	24,40	2.725,35	150.667,92	DIRGP
0089	0181	Pagamento de Aposentadorias	74.823.132,96	113.285,51	0,15	113.285,51	0,00	DIRGP

Programa	Subação	RAP (Inscritos+ Reinscritos - Cancelados)	RP a Pagar	% a Pagar	Não Processado Valor (R\$)	Processado Valor (R\$)	Ação	
	e Pensões - Pes. Civil							
0750	09HB	Contribuição da União, Autarquias e Fundações	70.250.779,52	781,56	0,001	781,56	0,00	DIRGP
0750	2000	Administração da Unidade - Custeio	8.755.786,89	3.836.756,02	43,82	3.220.578,35	616.177,67	DIROFL
0750	2000	Administração da Unidade - Investimento	412.071,40	1.029,00	0,25	0,00	1.029,00	DIROFL
0750	2000	Administração da Unidade - Pessoal	12.187,23	7.975,23	100,00	**7975,23	0,00	DIRGP
1079	2278	Capacitação de Servidor Para Disseminação - PEP	306,45	306,45	100,00	306,45	0,00	DIRGP
1079	2282	Formação de Disseminadores Externos	242.376,30	793,00	0,33	0,00	793,00	DIRAT
1079	2284	Promoção de Ações de Conscientização Informação	307.801,69	617,50	0,20	384,00	233,50	DIRAT
Subtotal						9.410.674,17	27.121.250,98	

RESTOS A PAGAR
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 33904

Programa	Subação	RAP (Inscritos+ Reinscritos - Cancelados)	RP a Pagar	% a Pagar	Não Processado Valor (R\$)	Processado Valor (R\$)	Ação	
0901	0005	Sentença Judicial	10.136.008,40	10.136.008,40	100,00	8.116.353,80	2.019.654,60	DIRBEN
0901	00G5	Sentença Judicial	2.601.584,46	2.601.584,46	100,00	0,00	2.601.584,46	DIRBEN
Subtotal						8.116.353,80	4.621.239,06	

Total						17.527.027,97	31.742.490,04	
Obs. ** o valor de R\$ 4.212 - refere-se a Precatório que somado a Restos a Pagar a liquidar totaliza o valor inscrito.								

4.4 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

No intuito de aprimorar a gestão, minimizar os riscos operacionais e fortalecer os métodos, rotinas e procedimentos delineados pelos normativos vigentes e pelo Plano de Ação, foram desenvolvidos 17 (dezessete) Auditorias, direcionadas às seguintes áreas de atuação: Benefícios, Atendimento, Saúde do Trabalhador, Tecnologia da Informação, Orçamento, Finanças e Logística, Gestão de Pessoas, Projetos e Sistemas, alinhados aos objetivos estratégicos do INSS e ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT/2012), que permitiram a avaliação e o diagnóstico do desempenho das unidades na linha de execução.

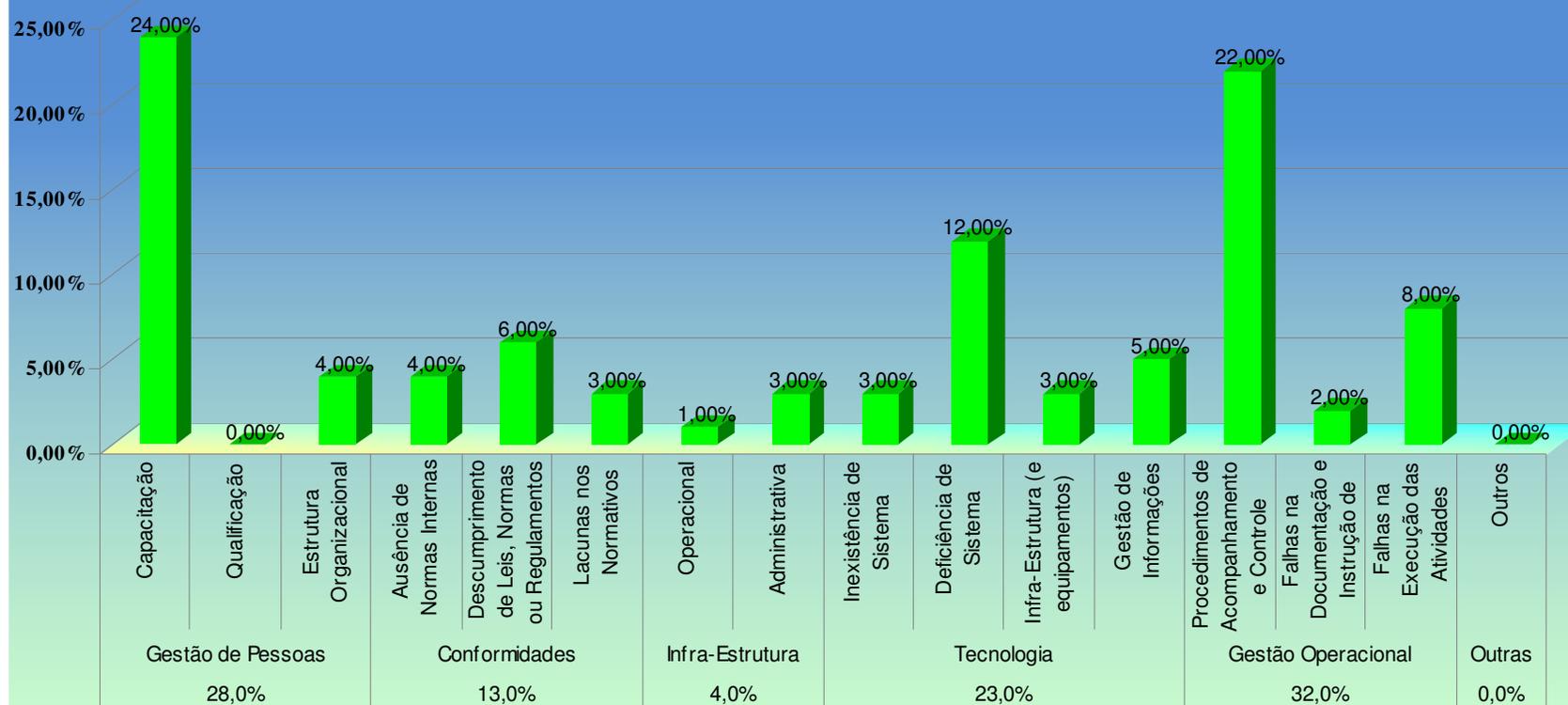
Este item destina-se a revelar, em síntese, o alcance dos objetivos das diretrizes traçadas pela Auditoria-Geral e suas projeções e os principais resultados que contribuíram para a melhoria da gestão e dos processos de trabalho, seus aspectos quanti-qualitativos, cujos relatórios consolidados encontram-se em mídia CD, que acompanha este relatório.

4.4.1 Fragilidades Identificadas

Considerando a atividade finalística deste Órgão, assim como os meios necessários para o cumprimento de sua missão institucional, os trabalhos desenvolvidos em 2012 tiveram por foco a avaliação dos controles relacionados aos aspectos envolvendo as Ações Governamentais.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir, o gráfico com a análise detalhada das fragilidades apontadas pela Auditoria ao longo do Exercício, relacionadas a Conformidades, Gestão de Pessoas, Gestão Operacional, Infraestrutura e Tecnologia, detalhadas na sequência:

Fragilidades Detectadas



CONFORMIDADES

De acordo com as ações de auditoria desenvolvidas, as fragilidades identificadas estão relacionadas à falta de conformidade que decorrem da ausência de normativos específicos, relativos aos procedimentos de execução, da inobservância de orientações e rotinas previstas em normativos, manuais e em instruções de serviço, ou ainda de lacunas na legislação e normas.

Ação 06/2012 - Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas

Principais fragilidades

- a) Pagamento de Adicional de Insalubridade a servidores com lotação nas áreas meio.

Recomendações Estratégicas

- a) Instituir e implementar procedimentos processuais e sistêmicos, rotinas de execução para as concessões, pagamentos e acompanhamentos de Adicionais de Insalubridade de forma que as Unidades Operacionais de Gestão de Pessoas executem as atividades de conformidade com a legislação e em tempestividade adequadas aos atos e aos fatos que os envolvem.

Economias/Melhorias

- a) Identificação dos locais insalubres para posterior tratamento desta condição, efetuando-se pagamentos de adicionais apenas para os casos em que não haja possibilidade de atenuação ou saneamento por retirada do risco ambiental.

Ação 08/2012 - Auditoria no Processo de Gestão do Atendimento das Unidades com Regime Especial de Atendimento em Turno

Principais fragilidades

- a) Inconsistências nas informações disponíveis nos sistemas relativas ao atendimento;
- b) Fragilidades nos procedimentos de recepção e triagem com utilização de estagiários e terceirizados;
- c) Deficiências nos controles relativos à manutenção dos requisitos para permanência de Unidades no Regime Especial de Atendimento em Turnos;
- d) Enquadramento de Unidade sem atribuição de atendimento ao público no Regime Especial de Atendimento em Turnos.

Recomendações Estratégicas

- a) Revisar os critérios de adesão das Unidades de Atendimento para sua inclusão em regime especial de turnos, com o propósito de verificar a pertinência da permanência das Agências da Previdência Social Demandas Judiciais e de Acordos Internacionais no supracitado regime.

Economias/Melhorias

- a) Definição e controle na execução das atividades nas unidades do INSS;
- b) Adequação da força de trabalho no atendimento à demanda efetiva;
- c) Reformulação de critérios para enquadramento das Unidades no Regime Especial de Atendimento em Turnos.

Ação 17/2012 - Auditoria no Processo de Gestão da Segurança da Informação no INSS

Principais fragilidades

- a) Inexistência de normativos internos que garantam os princípios da segurança da informação;
- b) Inexistência de Gestor de Segurança da Informação devidamente designado com suas atribuições;
- c) Inexistência de Política de Segurança da Informação específica às necessidades do INSS;
- d) Os ativos de informação da organização não se encontram devidamente inventariados.

Recomendações Estratégicas

- a) Estabelecer e implementar normativos que garantam a confidencialidade, a integridade a autenticidade, o não repúdio e a disponibilidade dos dados e das informações tratadas, classificadas e sensíveis;
- b) Designar, formalmente, Gestor de Segurança da Informação, no âmbito do INSS, com a finalidade de promover a cultura de segurança da informação e comunicações, propor recursos necessários às ações de segurança da informação e comunicações, coordenar o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, realizar e acompanhar estudos de novas tecnologias, quanto a possíveis impactos na segurança da informação e comunicações e propor normas relativas à segurança da informação e comunicações;
- c) Estabelecer e implementar Política de Segurança da Informação no âmbito do INSS, alinhada aos objetivos estratégicos institucionais, considerando as responsabilidades, funcionalidades e peculiaridades do seu negócio;
- d) Realizar a identificação, mapeamento e inventário de Ativos de Informação e estabelecer a sua classificação, de acordo com o seu grau de sigilo.

Economias/Melhorias

- a) Adequação da gestão às normas federais vigentes, buscando cumprimento dos quesitos já estabelecidos para a Administração Pública Federal e cobrados pelos órgãos de controle externo.

GESTÃO DE PESSOAS

As fragilidades relacionadas a esta área envolvem necessidades identificadas referentes à deficiência em capacitações, qualificação requerida dos profissionais para as atividades desenvolvidas, e ainda a não adequação da estrutura organizacional à realidade das Unidades do INSS.

Ação 02/2012 - Programa de Auditoria Operacional Gestão do Conhecimento Institucional

Principais fragilidades

- a) Percepção de perda progressiva de capital intelectual;
- b) Inexistência de ferramentas de mapeamento do conhecimento e de uma política de incentivos de apoio à transmissão do conhecimento;
- c) Aumento do tempo na análise do processo e o consequente prejuízo ao erário, vistos como principais riscos aos quais o INSS está sujeito;
- d) Queixa recorrente de desconhecimento mútuo dos processos de trabalho da Central135 e da APS, revelando a falta de comunicação sistemática entre as partes;
- e) Percepção de inadequabilidade nas metodologias de capacitação no que diz respeito à fixação do conhecimento, em razão da deficiência de carga horária, reducionismo do conteúdo programático, descontinuidade, avaliação ineficaz e despreparo dos instrutores;
- f) Perspectiva de perda anual de servidores, com base no reconhecimento do direito ao Abono de Permanência em Serviço.

Recomendações Estratégicas

- a) Adequar a força de trabalho à demanda nas APS, de forma a permitir a adequada gestão do conhecimento;
- b) Adequar os editais de concurso público a todas as competências necessárias aos servidores na atividade operacional;
- c) Atrelar a ocupação de funções gratificadas às competências dos servidores.
- d) Atribuir a responsabilidade regimental de gerir o conhecimento institucional a todas as linhas estratégicas, com acompanhamento criterioso da área de planejamento;
- e) Construir estratégia de captação, organização e disseminação do conhecimento explícito e tácito, em caráter emergencial, e estratégia de fixação de mão de obra;
- f) Criar mecanismos de incentivo à transmissão do conhecimento tácito ou experiencial;
- g) Criar um indicador estratégico para acompanhamento da Gestão do Conhecimento;
- h) Democratizar a participação dos servidores em atividades presenciais de capacitação, privilegiando o servidor de APS nas atividades de capacitação;
- i) Desenvolver aplicativos de sistemas de incentivo à troca de conhecimentos e ferramentas de avaliação de capacitações com base na aferição do retorno do investimento;
- j) Mapear, em caráter emergencial, as competências dos servidores da área operacional, de acordo com os processos de trabalho atuais e confrontá-las com as competências, já que o maior impacto pela vacância do conhecimento está na linha de atendimento ao público.
- k) Privilegiar a metodologia de treinamento em serviço nas atividades de capacitação, dando a devida atenção à qualidade da educação, privilegiando equipes volantes de instrutoria nas APS;
- l) Utilizar metodologias mais atrativas nas capacitações, adequando o conteúdo, qualidade da instrutoria e carga horária ao desenvolvimento das competências necessárias para a realização das tarefas;
- m) Viabilizar, de forma contínua, a interação entre os processos de trabalho das APS e das Centrais 135, por meio do (re)conhecimento mútuo e amplo das funções,

Ação 02/2012 - Programa de Auditoria Operacional Gestão do Conhecimento Institucional

peculiaridades, vantagens de cada processo e dificuldades vividas por servidores e operadores nos canais de acesso do segurado à Previdência Social.

Economias/Melhorias

- a) Aperfeiçoamento das ferramentas de Gestão de Conhecimento em uso pela Instituição;
- b) Construção de uma estratégia de gestão do capital intelectual;
- c) Uniformização de conhecimentos entre os servidores;
- d) Mudança ordenada de geração de servidores, com perda mínima de capital intelectual que possa causar prejuízo à prestação de serviços do INSS.

Ação 03/2012 - Auditoria no Processo de Gestão da Tecnologia e de Segurança da Informação

Principais fragilidades

- a) Fragilidades identificadas na formalização processual, tais como arquivamento de documentos sem ordem cronológica ou ausência de documentos relativos à comprovação da execução dos serviços, faturas e de comprovação da liquidação das despesas.

Recomendações Estratégicas

- a) Adotar medidas no sentido de intensificar os procedimentos de supervisão e de orientações formais, capacitações, dentre outros.

Economias/Melhorias

- a) Aumento dos controles internos referentes à execução das atividades e redução do retrabalho.

Ação 04/2012 - Auditoria na Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS

Principais fragilidades

- a) Fragilidades nos controles de elaboração dos Projetos Básicos, Executivos e Planilha Orçamentária, assim como nos controles de acompanhamento e fiscalização das obras e reformas contratadas.

Recomendações Estratégicas

- a) Realizar treinamento para servidores envolvidos na elaboração de Projetos Básicos e Executivos, instruindo e padronizando os procedimentos necessários para a elaboração destes;
- b) Instituir fluxo para a fiscalização de contrato correspondente à elaboração de Projetos Básicos e Executivos, definindo-se com suficiência os quantitativos de fiscais com formação em engenharia ou arquitetura e suas especialidades e, de obras a serem contratadas considerando sua complexidade;
- c) Reciclar os gestores envolvidos com a gestão de processos de obras;

Ação 04/2012 - Auditoria na Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS

- d) Estabelecer critérios para estudo e definição de número máximo de Licitação de obras compatíveis como o quantitativo de gestores e fiscais por região possibilitando uma fiscalização adequada às necessidades da obra;
- e) Capacitar os engenheiros fiscais de obra nos procedimentos e controles necessários para a adequada fiscalização e acompanhamento da obra.

Economias/Melhorias

- a) Redução no número de termos aditivos de prorrogação de prazos de execução, acréscimo e decréscimo de valores e de alteração de projetos;
- b) Segurança na execução das atividades e melhoria nos controles internos referentes à fiscalização de obras do INSS.

Ação 05/2012 - Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada

Principais fragilidades

- a) Fragilidades nos controles de elaboração dos Editais de Licitação e nos controles de acompanhamento e fiscalização dos contratos de natureza continuada.

Recomendações Estratégicas

- a) Adotar medidas no sentido de intensificar orientações formais e de rotinas de supervisão, capacitações, videoconferências, dentre outros;
- b) Formalizar orientações aos Gestores sobre a obrigatoriedade de se fazer constar nos processos, informações e documentos obrigatórios previstos na legislação que comprovem a regularidade da contratada no tocante as suas obrigações trabalhistas, tributárias e legais, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- c) Implementar ações na gestão dos contratos e fiscalização dos serviços prestados, avaliando a adoção de capacitações específicas, assim como a aplicação de ferramentas, sistemas e softwares que subsidiem os gestores e co-gestores em suas atividades.

Economias/Melhorias

- a) Aumento dos controles internos referentes à responsabilização solidária e subsidiária no tocante às obrigações da contratada na prestação de serviços ao Instituto.

Ação 11/2012 - Auditoria no processo de gerenciamento da restituição ao erário

Principais fragilidades

- a) Falta de supervisão nos processos de apuração de irregularidades e de cobrança administrativa;
- b) Deficiência de capacitação na rotina de processos apuratórios e de cobrança administrativa;
- c) Necessidade de maior controle interno junto aos benefícios suspensos ou cessados por irregularidade, visando à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.

Recomendações Estratégicas

- a) Viabilizar a realização de capacitações de pessoal, tendo como direcionadores as rotinas de apuração de irregularidades de benefícios e da cobrança administrativa dos prejuízos causados ao erário, decorrente de benefícios irregulares.

Economias/Melhorias

- a) Tempestividade na apuração dos fatos, identificando os responsáveis e quantificando o dano causado ao erário;
- b) Melhoria da eficiência administrativa nos processos apuratórios de irregularidades e de cobrança administrativa.

Ação 16/2012 – Avaliação da adequabilidade do controle interno dos Serviços / Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social

Principais fragilidades

- a) Não conformidade do gerenciamento / supervisão das atividades médico-periciais; de reabilitação profissional e serviço social;
- b) Não conformidade dos princípios do controle interno administrativo das atividades médico-periciais; de reabilitação profissional e serviço social;
- c) Não conformidade ao controle de benefícios de longa duração e benefícios judiciais.

Recomendações Estratégicas

- a) Aprimorar o gerenciamento das atividades de perícia médica; reabilitação profissional e serviço social;
- b) Monitorar as ações das Seções/Serviços de Saúde do Trabalhador;
- c) Promover treinamentos e capacitações nos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador;
- d) Desenvolver projetos para uniformização de procedimentos no controle dos laudos médico-periciais;
- e) Aperfeiçoar sistemas e métodos de avaliação, acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades médico-periciais, reabilitação profissional e serviço social nas unidades gerenciais do INSS;
- f) Emitir orientações para cumprimento dos Princípios do Controle Interno Administrativo disciplinado no Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, Capítulo VII, Seção VIII, aprovado pela Instrução Normativa SFCI/MF nº 01 de 06.04.2011;
- g) Elaborar organograma e fluxograma das atividades dos SSTs de acordo com o Regimento Interno, Arts. 125 e 172 e o previsto na Carta de Princípios e

Ação 16/2012 – Avaliação da adequabilidade do controle interno dos Serviços / Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social

Governança do INSS, item 1.1 p. 5. itens 4 e 7, (Res. INSS\PRES 111/2010);

- h) Proceder à adequação da estrutura física e de equipamentos para o efetivo desempenho das atividades de gestão, gerenciamento e execução das atividades da reabilitação profissional;
- i) Propor o estabelecimento de parcerias, acordos e convênios em matéria de reabilitação profissional e serviço social;
- j) Adequar o Manual Técnico do Serviço Social/2012 contemplando necessidades desse processo de trabalho.

Economias/Melhorias

- a) Levar o conceito de Controle Interno a todos os pilares dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador, inclusive, para o Nível Estratégico (DIRSAT).

Ação 17/2012 - Auditoria no Processo de Gestão da Segurança da Informação no INSS

Principais fragilidades

- a) Inexistência de iniciativas relativas ao fortalecimento da cultura da Segurança da Informação;
- b) Inexistência de estrutura formalmente instituída para promover e prover a Gestão da Segurança da Informação.

Recomendações Estratégicas

- a) Desenvolver e implementar projetos de capacitação, a fim de disseminar e fortalecer a cultura de Segurança da Informação no INSS;
- b) Incluir, no Planejamento Estratégico da Instituição, objetivos e metas relativas à cultura de Segurança da Informação;
- c) Instituir estrutura formal para garantir a Gestão da Segurança da Informação no INSS.

Economias/Melhorias

- a) Aprimoramento do conhecimento, criação de cultura e conscientização das pessoas visando aplicação de processos de segurança nas atividades diárias e no ambiente de trabalho.

GESTÃO OPERACIONAL

A gestão operacional refere-se ao desempenho em termos de eficiência e eficácia com relação aos processos associados às atividades fim e meio do Órgão. Nesse sentido, as fragilidades relacionam-se a deficiências nos procedimentos de acompanhamento e controle, falhas na documentação e instrução de procedimentos, assim como falhas na execução das atividades, que acarretam em não atingimento dos objetivos, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos.

Ação 03/2012 - Auditoria no Processo de Gestão da Tecnologia e de Segurança da Informação

Principais fragilidades

- a) Fragilidades referentes à formalização processual, ausência de documentos comprobatórios atestes de usuários em quantitativo superior ao contratado, divergências de cadastros na base de faturamento da DATAPREV, além de desatualização, desorganização e descontrole das bases de cadastro dos servidores com autorização de acesso aos sistemas institucionais.

Recomendações Estratégicas

- a) Adotar medidas no sentido de aperfeiçoar os controles relativos à comprovação da execução dos serviços e liquidação da despesa.
- b) Implementar mecanismos de controle no sentido de que os Co-Gestores promovam os atestes dos RAS efetuando comparativo com os dados cadastrais dos servidores pertencentes à Gerência-Executiva, a fim de evitar prejuízos ao INSS;
- c) Implementar ferramentas, técnicas e rotinas de fornecimentos de informações aos Co-Gestores, principalmente em relação às alterações de cadastros dos servidores e estagiários no SIAPE, possibilitando um controle mais efetivo e eficaz dos usuários da Mensageria, Acesso ao HOD (Sistemas do SERPRO) e VPN, quando do ateste dos RAS;
- d) Promover uma ação mais efetiva das Superintendências Regionais, no acompanhamento das repercussões do contrato no âmbito das suas áreas de abrangência, criando um canal de comunicação mais próximo para os Co-Gestores;
- e) Realizar, em conjunto com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRLOG, sob a supervisão das Superintendências Regionais, um inventário atualizado, por Gerência-Executiva, de todo o parque de equipamentos de informática que realmente estão em uso e sob gestão da DATAPREV, promovendo as atualizações no ADMPER a fim de mitigar os riscos de atestes dos RAS contendo irregularidades nos cadastros;
- f) Adotar providências visando sanar as divergências entre os quantitativos de equipamentos sob gestão da Dataprev, evidenciados no quadro a seguir, onde consta relação dos equipamentos apresentados na página DTPNET (base de faturamento) comparativamente aos que constam nos RAS;
- g) Implementar, em conjunto com as Superintendências Regionais e demais áreas envolvidas, procedimentos para recadastramento dos servidores com autorização de acesso a todos os sistemas utilizados pela área de Benefícios, definindo um cronograma a ser apresentado à Auditoria-Geral, de modo a mitigar os riscos institucionais evidenciados nas Ações de Auditoria, visando assegurar confiabilidade ao controle de acesso de usuários aos sistemas de benefícios (SCA/PRISMA/SABI/CADMED/GAC), haja vista as fragilidades identificadas relativas a servidores, estagiários e credenciados ativos nesses sistemas, apresentando situações incompatíveis de cadastro, lotação, permissões ou vínculo.

Economias/Melhorias

- a) Implantação de ferramentas adequadas para administração dos equipamentos, assim como de instrumentos eficazes para proporcionar o suporte necessário aos gestores e co-gestores do contrato, e ainda a implementação de rotinas de orientação e supervisão.

Ação 04/2012 - Auditoria na Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS

Principais fragilidades

- a) Fragilidades nos controles de elaboração dos Projetos Básicos, Executivos e Planilha Orçamentária.

Recomendações Estratégicas

- a) Instruir quanto à faculdade de aplicação de sanções administrativas evitando-se que a responsabilidade por atrasos excessivos e injustificados ocasionados pela contratada recaia sobre os Gestores.

Economias/Melhorias

- a) Controle na execução das atividades, economicidade e atingimento dos objetivos institucionais com a conclusão das Obras de construção e reforma das unidades, levando atendimento de qualidade a seus usuários.

Ação 05/2012 - Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada

Principais fragilidades

- a) Fragilidades nos controles de elaboração dos Editais de Licitação e nos controles de acompanhamento e fiscalização dos contratos de natureza continuada.

Recomendações Estratégicas

- a) Formalizar orientações aos Gestores sobre a obrigatoriedade de se fazer constar nos processos informações e documentos obrigatórios previstos na legislação que comprovem a regularidade da contratada no tocante as suas obrigações trabalhistas, tributárias e legais, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- b) Implementar ações na gestão dos contratos e fiscalização dos serviços prestados, avaliando a adoção de capacitações específicas, assim como a aplicação de ferramentas, sistemas e softwares que subsidiem os gestores e co-gestores em suas atividades, haja vista as fragilidades identificadas relativas ao cumprimento de obrigações contratuais, especialmente quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que representam prejuízos ao erário;
- c) Intensificar procedimentos de orientações e de supervisão nas Unidades, com o objetivo de assegurar a efetividade na gestão dos contratos e fiscalização dos serviços prestados, no que se refere às obrigações especificadas em cláusulas contratuais, bem assim quanto aos benefícios previstos aos trabalhadores, especificados na legislação e em convenção coletiva.

Economias/Melhorias

- a) Fortalecimento da gestão dos contratos, com aperfeiçoamento dos controles relativos ao cumprimento de obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

Ação 06/2012 - Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas

Principais fragilidades

- a) Falha em 3.402 registros de Licença Médica para Saúde do Servidor e Pessoa da Família;
- b) Ausência de desconto remuneratório de 3.467 servidores, estagiários e cargos comissionados que não compensaram o recesso de fim de ano de 2011.

Recomendações Estratégicas

- a) Implementar rotinas de execução de Supervisão e Monitoramento nos Processos de Gestão de Pessoas, de forma sistematizada, objetivando a salvaguarda dos interesses do INSS, com a eficiência operacional, estando por consequência aderente à política estratégica que referenda em um de seus objetivos o fortalecimento dos Controles Internos e a Gestão do Risco;
- b) Definir a Rubrica na qual incidirá os descontos remuneratórios em folha de pagamento quando da não compensação do recesso de final de ano usufruído, bem como a da respectiva Ocorrência que será anotada em cadastro no SIAPE/SIAPECAD; estabelecendo ainda, critérios de tempo mínimos de recesso não compensados que dispensam as Unidades Operacionais de Gestão de Pessoas de processarem os devidos descontos remuneratórios para a uniformização de procedimentos e controle em assentamentos funcionais.

Economias/Melhorias

- a) Recuperação de valores, redução de riscos referentes à ausência de restituição ao erário por atividades não realizadas por servidores e estagiários;
- b) Controle operacional das atividades referentes à gestão de pessoas.

Ação 07/2012 - Auditoria Contínua na Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Principais fragilidades

- a) Fragilidades apresentadas às Unidades Gestoras no desenvolvimento da Auditoria Contínua durante o exercício de 2012.

Recomendações Estratégicas

- a) Avaliar os resultados e instituir medidas que possam equacionar as dificuldades e justificativas apresentadas à Auditoria, pela linha de Execução, evitando-se entraves no desenvolvimento das atividades operacionais, além de contribuir com a manutenção dos registros contabilizados que espelham a execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e a fidedignidade dos atos e fatos da gestão.

Economias/Melhorias

- a) Consistência dos registros relativos à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, com reflexos na gestão.

Ação 08/2012 - Auditoria no Processo de Gestão do Atendimento das Unidades com Regime Especial de Atendimento em Turno

Principais fragilidades

- a) Ausência da informação do horário de funcionamento e atendimento, bem como da escala nominal dos servidores, em local visível e de grande circulação de usuários em 27,78% das Unidades da amostra;
- b) Lotação mínima permanente dos servidores da Carreira do Seguro Social em número inferior a 100% da lotação ideal operacional e abaixo dos 10 (dez) previstos na RS 175/PRES/INSS DE 14/02/2012;
- c) Função Gratificada (FGRII) sem ocupação permanente;
- d) Triagem realizada por vigilante e/ou estagiário;
- e) Agendamento realizado prioritariamente no horário da manhã;
- f) Fluxo de atendimento alternativo em Unidades, não refletindo a realidade registrada no Sistema de Gerenciamento do Atendimento (SGA).

Recomendações Estratégicas

- a) Implementar instrumentos de supervisão visando verificar a conformidade quanto à identificação do horário de funcionamento e da força de trabalho das Unidades de Atendimento, com os respectivos horários;
- b) Adotar providências visando aperfeiçoar os controles relativos ao cumprimento dos requisitos previstos para o Regime Especial de Atendimento, haja vista ter sido identificadas Unidades que possuíam servidores em quantitativos inferiores ao exigido, excluídos os detentores de cargos em comissão ou de funções gratificadas, ou ainda Unidade com função gratificada sem ocupação permanente;
- c) Implementar rotinas de orientação e de supervisão do atendimento nas Unidades, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade do atendimento, ressaltando, também, as vedações no que se refere à utilização de estagiários e terceirizados nas atividades de recepção e triagem de segurados;
- d) Rever a utilização dos dados no SGA para fins de tomada de decisão em âmbito institucional, haja vista a utilização do sistema de forma precária em determinadas localidades, não refletindo a realidade demonstrada no aplicativo Sala de Monitoramento.

Economias/Melhorias

- a) Oportunizar a transparência à prestação de serviços, a melhoria da qualidade dos mesmos, assim como proporcionar maior segurança e controle na execução das atividades.

Ação 11/2012 - Auditoria no processo de gerenciamento da restituição ao erário

Principais fragilidades

- a) Falta de instauração dos processos de apuração de irregularidades e de cobrança administrativa;
- b) Deficiência no cumprimento dos normativos junto aos processos apuratórios e de cobrança administrativa;
- c) Necessidade de maior controle interno junto aos benefícios suspensos ou cessados por irregularidade, visando à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.

Recomendações Estratégicas

- a) Fomentar ações junto às GEX e APS para efetiva utilização do Sistema de Cálculo e Cobrança Administrativa – **SISCALC** e Sistema de Cálculo e Atualização Monetária de Valores Recebidos Indevidamente – **CAMVRI**, bem como, o registro dos débitos apurados no aplicativo Histórico de Débitos – **HISDEB** do Sistema Único de Benefícios – **SUB** – visando ao gerenciamento do processo de apuração de irregularidades, cobrança e restituição ao erário;
- b) Adotar providências no sentido de que o Monitoramento Operacional de Benefícios – **MOB** das GEXs encaminhe regularmente os débitos apurados em benefícios irregulares ao Serviço / Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade – **SOFC** – para registro contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – **SIAFI**.

Economias/Melhorias

- a) Tempestividade na apuração dos fatos, identificando os responsáveis e quantificando o dano causado ao erário;
- b) Melhoria da eficiência administrativa nos processos apuratórios de irregularidades e de cobrança administrativa.

Ação 17/2012 - Auditoria no Processo de Gestão da Segurança da Informação no INSS

Principais fragilidades

- a) Inexistência de controles relativos à concessão de acesso remoto à rede da Previdência;
- b) Inexistência de acompanhamento dos procedimentos de SIC;
- c) Inexistência de controles aplicados aos sistemas corporativos que garantam a possibilidade de realizar o monitoramento, rastreamento e gestão do acesso de usuários credenciados, por meio do acesso remoto;
- d) Inexistência de controles de acessos realizados por meio de ferramentas ou serviços não homologados;
- e) Os responsáveis por todos os ativos de informação importantes para a instituição não estão formalmente identificados;
- f) Insuficiência de gerenciamento efetivo dos serviços de TIC contratados, a fim de garantir o atendimento aos requisitos de segurança da informação.

Recomendações Estratégicas

- a) Implementar processos de gestão das ferramentas de acessos remotos à Rede do INSS;

Ação 17/2012 - Auditoria no Processo de Gestão da Segurança da Informação no INSS

- b) Elaborar e implementar plano para o acompanhamento dos procedimentos de SIC, em consonância com as normas vigentes;
- c) Implementar controles capazes de gerenciar o acesso remoto aos sistemas corporativos;
- d) Implementar controles para garantir que o acesso aos dados e informações do INSS sejam realizados tão somente por ferramentas ou serviços homologados pela Instituição;
- e) Identificar, formalmente, responsáveis pelos ativos de informação;
- f) Estabelecer que o Contrato vigente entre INSS e DATAPREV contemple os requisitos de segurança da informação.

Economias/Melhorias

- a) Aprimoramento da gestão dos processos operacionais, a fim de garantir maior efetividade na execução das atividades e nos controles.

INFRAESTRUTURA

As fragilidades identificadas estão associadas aos aspectos operacionais e administrativos, ou seja, referem-se às condições necessárias ao desenvolvimento das atividades, envolvendo principalmente os meios necessários em termos de estrutura física, de materiais e equipamentos, de pessoas, dentre outros.

Ação 17/2012 - Auditoria no Processo de Gestão da Segurança da Informação no INSS

Principais fragilidades

- a) Insuficiência de recursos necessários para implementar e monitorar os processos de gestão de segurança da informação e comunicações.

Recomendações Estratégicas

- a) Alocar recursos para atender demandas relativas à Segurança da Informação.

Economias/Melhorias

- a) Aplicação de recursos específicos para garantir a implementação e a constante melhoria de controles referentes à Segurança da Informação.

TECNOLOGIA

Considerando a atividade finalística deste Instituto, a tecnologia tem papel fundamental para o atingimento de seus objetivos, sendo que as deficiências nessa área têm impacto de proporções muito significativas em âmbito institucional.

As fragilidades identificadas nas ações de auditoria estão associadas à ausência de sistema para dar suporte às atividades desenvolvidas, inadequação de infraestrutura tecnológica, assim como inconsistências na geração de informações.

Ação 03/2012 - Auditoria no Processo de Gestão da Tecnologia e de Segurança da Informação

Principais fragilidades

- a) Ausência de ferramentas adequadas para administração dos equipamentos, assim como de instrumentos eficazes para proporcionar o suporte necessário aos gestores e co-gestores do contrato, e ainda a implementação de rotinas de orientação e supervisão;
- b) Desatualização, desorganização e descontrole das bases de cadastro dos servidores com autorização de acesso aos sistemas SCA / PRISMA / SABI / CADMED / GAC.

Recomendações Estratégicas

- a) Desenvolver estudos em conjunto com a CGRLOG, no sentido de implementar instrumentos efetivos de registros do patrimônio, com utilização de novas tecnologias que possibilitem a interface com o sistema SARTWEB da DATAPREV, a fim de qualificar os controles internos administrativos;
- b) Desenvolver estudos com a contratada e demais áreas envolvidas, visando à implantação de sistema que permita o cruzamento mensal dos dados dos servidores cadastrados nos sistemas utilizados pela área de Benefícios com a base do SIAPE, a fim de manter as bases atualizadas. A Auditoria-Geral deve ser mantida informada do cronograma de implantação das ferramentas;
- c) Desenvolver estudos com a contratada e demais áreas envolvidas, no sentido de padronizar a nomenclatura dos USERCODE, de forma que a sistemática atual seja substituída, possibilitando o aperfeiçoamento dos controles, haja vista que os critérios atuais de acesso não possuem padronização e dificultam a gestão pelos responsáveis. A Auditoria-Geral deverá ser mantida informada do cronograma de implantação da nova sistemática.

Economias/Melhorias

- a) Controle operacional de fiscalização e no pagamento dos serviços prestados pela Contratada;
- b) Aperfeiçoamento da gestão relativa aos serviços de tecnologia, com a aplicação de instrumentos que permitam efetivo controle dos serviços prestados pela Dataprev;
- c) Depuração do cadastro de usuários, resultando em maior segurança de acesso aos sistemas de benefícios.

Ação 08/2012 - Auditoria no Processo de Gestão do Atendimento das Unidades com Regime Especial de Atendimento em Turno

Principais fragilidades

- a) Sistema de agendamento permitindo ao mesmo segurado a solicitação de vários agendamentos sem intervalo de tempo mínimo.

Recomendações Estratégicas

- a) Reavaliar regra de negócio em relação à solicitação de agendamento pelo interessado no sistema, de forma a implementar a exigência de intervalo mínimo para registro de novo agendamento ao mesmo interessado, com o objetivo de evitar o preenchimento desnecessário de vagas, aumentando a oferta de agenda aos serviços disponíveis.

Economias/Melhorias

- a) Proporcionar a melhoria dos fluxos de atendimento e o controle instituído dos serviços ofertados.

Ação 12/2012 - Auditoria contínua na gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Principais fragilidades

- a) Ocorrência de pagamento em conjunto de benefícios incompatíveis para um mesmo beneficiário;
- b) Acumulação indevida de Auxílio Suplementar (B-95,) com a Aposentadoria por Tempo de Contribuição (B-42), Aposentadoria por Idade (B-41) e Amparo Social (B-88 e B-87), vedado pelo art. 421 da IN nº 45/2010;
- c) Divergência de procedimentos relativos à recuperação de valores pagos indevidamente em benefício concedidos por erro administrativo ou por acumulação indevida, quando ocorre concessão de novo benefício, não realizando o desconto do total do valor pago indevidamente, apurado em encontro de contas, de acordo com o previsto no item 3.2.2 do Manual de Manutenção de Direitos – Volume I;
- d) Cessação de benefício, com empréstimo consignado ativo, em decorrência de outra concessão (especialmente por decisão recursal ou judicial) constatou-se divergência de entendimentos quanto à fixação da correta data de cessação (DCB).
- e) O valor pago em razão das inconsistências identificadas corresponde a aproximadamente a R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), sobre a amostra analisada que correspondeu a 23.968 (vinte e três mil, novecentos e sessenta e oito) benefícios, onde se destaca a acumulação indevida em 599 (quinhentos e noventa e nove) benefícios; duplicidade do pagamento em 3.758 (três mil, setecentos e cinquenta e oito) benefícios e acumulação indevida com duplicidade de pagamento em 1.411 (um mil quatrocentos e onze) benefícios.

Recomendações Estratégicas

- a) Implementar regras no aplicativo LIBDUP do sistema SUB/PLENUS com objetivo de melhor eficácia na identificação de duplicidades de benefícios em relação à acumulação do benefício Auxílio Suplementar – espécie 95 – com outras espécies de benefícios;

Ação 12/2012 - Auditoria contínua na gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

- b) Automatizar rotina para realização de encontro de contas entre benefícios inacumuláveis;
- c) Desenvolver rotinas para permitir a invalidação de créditos processados e ainda não pagos antes da cessação do benefício;
- d) Promover capacitação aos servidores visando uniformização dos procedimentos quanto às atividades de manutenção de benefícios.

Economias/Melhorias

- a) Aprimoramento dos controles instituídos para bloqueio de concessão e manutenção indevida de benefícios.

Ação 15/2012 - Auditoria contínua no processo de pagamento alternativo de benefícios – PAB e Crédito Diário

Principais fragilidades

- a) Ausência de registro ou registro parcial no histórico de ocorrências do Benefício (HISOCCR).
- b) Períodos fictícios de pagamentos;
- c) Duplicidade de pagamentos de mesmo benefício; benefícios diferentes; período já recebido pelo segurado judicialmente por Requisição de Pequeno Valor (RPV);
- d) Reativação de benefícios por incapacidade, com ocorrência de vínculo/salário no CNIS Cidadão, dentro do período do crédito emitido;
- e) Reativação de benefícios por Auxílio-reclusão sem exigência de atualização da declaração de efetivo recolhimento à prisão do instituidor do benefício;
- f) Reativação de benefícios com valores atrasados emitidos sem apresentação do Termo de Tutela ou Curatela;
- g) Reativação de benefícios com concessão, revisão ou reativação por decisão judicial, em APS diferente das APSADJ e SADJ;
- h) Reativação de benefícios com competências em atraso sem atualização monetária;
- i) Reativação de benefícios com pensão desdobrada, sem a efetivação do desdobramento do outro benefício.

Recomendações Estratégicas

- a) Implementar nos sistemas corporativos a obrigatoriedade do preenchimento dos campos destinados ao registro de ocorrências;
- b) Implementar nos sistemas corporativos um alerta informando a existência de créditos em duplicidade no mesmo benefício ou de outro benefício concedido ao beneficiário;
- c) Implementar nos sistemas corporativos a automatização do encontro de contas referente a pagamento concomitante e correção monetária dos pagamentos de parcelas efetuadas com atraso;
- d) Adequar os sistemas corporativos para que não ocorra limitação de período para o Complemento Positivo (CP) de cinco anos anteriores ao pagamento, evitando-se a inclusão de períodos fictícios;
- e) Adequar os sistemas corporativos para impedir a liberação dos créditos emitidos

Ação 15/2012 - Auditoria contínua no processo de pagamento alternativo de benefícios – PAB e Crédito Diário

referentes a valores atrasados, em benefícios com o tipo de representação legal igual a Administrador Provisório;

- f) Adequar os sistemas corporativos para que na reativação de benefício de auxílio-reclusão, seja obrigatória a atualização e/ou confirmação da declaração de cárcere;
- g) Adequar os sistemas corporativos para que os créditos emitidos em decorrência de reativação de benefícios por incapacidade fiquem pendentes quando existir vínculos e remunerações no CNIS.

Economias/Melhorias

- a) Obrigatoriedade do registro de ocorrência em todos os benefícios que são objetos de algum tipo de atualização;
- b) Geração de crítica ou bloqueio nos sistemas que, combinada com a exigência do citado registro de ocorrência, evitaria a liberação de pagamento de competência em duplicidade e inibição da possibilidade de emissão de PAB sem que ocorra a validação por servidores, conforme disposto alínea "b", art. 1º, da Resolução CNPS nº 1.251 de 27.10.2004;
- c) Adequação das regras de negócio / normas, melhorias e testes antes da implementação das versões de sistemas corporativos, evitando inconsistências e geração de pagamentos indevidos;
- d) Promoção de reuniões objetivando o correto preenchimento dos dados nos sistemas, bem como, atualização de normas, padronização de procedimentos e capacitação para os servidores.

Ação 17/2012 - Auditoria no Processo de Gestão da Segurança da Informação no INSS

Principais fragilidades

- a) Insuficiência de mecanismos que garantam o controle de acesso aos sistemas, à rede corporativa e às informações trafegadas e armazenadas no âmbito da Instituição.

Recomendações Estratégicas

- a) Implementar mecanismos capazes de inibir a conexão de equipamentos externos à rede corporativa de computadores;
- b) Implementar mecanismos capazes de assegurar o processo de autenticação dos usuários na rede, garantindo o princípio do não repúdio;
- c) Estabelecer e implementar a normatização de regras necessárias para o credenciamento, bloqueio e exclusão de contas de acesso de usuários aos sistemas corporativos, ambiente de rede e de desenvolvimento;
- d) Implementar controles para garantir a proteção dos dados contra acessos indevidos no tráfego, divulgação, manuseio e descarte durante o estágio de processamento da informação.

Economias/Melhorias

- a) Aprimoramento dos controles de acesso, visando garantir os requisitos de segurança da informação.

4.4.2 Aperfeiçoamentos Implementados nos Controles da Entidade

Na avaliação dos controles instituídos pela Autarquia, foram verificadas melhorias em diversas áreas, especialmente pelo aperfeiçoamento de mecanismos já existentes e pela edição de atos normativos e de alinhamento institucional.

Em âmbito estratégico, destacam-se:

Alinhamento do cronograma das unidades móveis de atendimento do INSS ao cronograma dos Juizados Especiais Federais Itinerantes.

Por meio da Resolução nº 240/PRES/INSS, de 21 de setembro de 2012, foi estabelecido para as Superintendências Regionais e as Gerências-Executivas do INSS o alinhamento do cronograma das unidades móveis de atendimento do INSS ao cronograma dos Juizados Especiais Federais Itinerantes, sempre que a cidade escolhida para realização do itinerante não seja sede de Agência da Previdência Social – APS.

Essa iniciativa decorre da premissa de que a missão institucional do INSS é levar a previdência social e a assistência social (benefícios assistenciais previstos na Lei 8.742/93) a todo o país. Assim, a partir de experiências exitosas, as quais demonstraram que com a prévia análise administrativa a maioria dos potenciais litígios é resolvida sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, conferindo maior celeridade no atendimento à população, evitando onerar ainda mais a sociedade que teria que arcar com os custos da movimentação processual e outros encargos próprios dos processos judiciais, foi instituído o referido alinhamento, haja vista inclusive a existência de cronograma anual dos Juizados Especiais Federais Itinerantes.

Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Por meio da Portaria nº 1.816/PRES/INSS, de 12 de novembro de 2012, foi aprovada a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, referente ao período de 2013 a 2017, assim como foi designada a equipe responsável por essa etapa.

De acordo com o ato, o PDTI deverá abranger o objetivo estratégico de prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho, previsto no Mapa Estratégico da Previdência Social, no que tange ao INSS, contemplando:

- a) O diagnóstico da infraestrutura, sistemas e soluções, governança, assim como a avaliação da execução dos projetos previstos no Plano Diretor de Tecnologia e Informação da Previdência Social, elaborado em 2001;
- b) O Plano de Ação, contemplando os projetos e ações estratégicas a serem executadas durante a vigência do PDTI; e
- c) O Modelo de Avaliação e Atualização do PDTI.

E-projetos

O Memorando-Circular nº 11/CGPGE/PRES/INSS, de 16 de novembro de 2012, oficializou o surgimento de uma ferramenta denominada e-projetos. Trata-se de um instrumental para portfólios de projetos nos moldes de um escritório, cujo objetivo é definir e inserir as ações/programas/projetos com execução centralizada no Plano de Ação 2013. Espera-se ratificar ou retificar as informações de cada responsável por um programa/projeto em andamento na casa, sendo que o acompanhamento e a avaliação serão as características principais nele esperadas. Em relação aos projetos estruturantes, foi realizada discussão com alguns gerentes de projetos e formatada a proposta de registrar o projeto atual (Plano de Ação 2012) como Programa e pensar a ele Projetos associados, com execução no Plano de Ação 2013.

Sistema para Registro de Ocorrências de Violência contra Servidores - SIREV

Com o objetivo de promover um ambiente de trabalho seguro para os servidores; e a inexistência de ferramenta para registro e gestão de ocorrências de violência contra servidores, foi implantado, em âmbito nacional, o SIREV, de acordo com a Resolução nº 192/PRES/INSS, de 10 de abril de 2012.

O sistema SIREV mostrou-se de grande utilidade para o controle de situações adversas à integridade, vivenciadas pelo quadro de ativos em âmbito nacional, e encontra-se disponibilizado na Intraprev como a ferramenta oficial para registro ocorrências de violência contra servidores.

Assim, visando ao cadastro e à identificação de informações para auxiliar na criação de ações que mitiguem ameaças contra servidores, todas as ocorrências devem ser reportadas e cadastradas de forma detalhada no sistema.

Implementação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações

Em cumprimento a recomendações dos órgãos de controle, o INSS instituiu o Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicações – CSTIC/INSS, a fim de atuar nas especificidades da Instituição, em consonância com o Comitê do Ministério da Previdência Social (CSTIC/MPS). Foi publicada portaria designando representantes de todas as Diretorias para compor o comitê. Ao longo do ano foram realizadas reuniões para discussão e aprovação de normas referentes à sua atuação, como o Regimento Interno do Comitê e a minuta da Política de Segurança da Informação – POSIC, ainda não publicados.

Lotação Ideal de servidores nas Agências da Previdência Social (APS)

Por meio da Resolução nº 175 /PRES/INSS, de 14 de fevereiro de 2012, foi instituída a lotação ideal de servidores da Carreira do Seguro Social nas Agências da Previdência Social (APS), tendo sido definida considerando a necessidade de:

- a) Proporcionar um melhor atendimento ao cidadão;
- b) De garantir o cumprimento das metas organizacionais;

- c) Instrumento que possibilite a aferição técnica na demanda de novos concursos junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, com definição de distribuição de vagas entre as Agências da Previdência Social – APS;
- d) Estabelecer parâmetros, limites e condições para a realização de processos de remoção;
- e) Auxiliar nas diretrizes de política de capacitação; e
- f) Melhor equilíbrio na distribuição de tarefas, proporcionando a melhoria contínua do clima organizacional.

Manuais da Área de Benefícios

Na área de Benefícios devem ser ressaltadas as iniciativas referentes à edição de Manuais, haja vista a relevância da atividade finalística desta Instituição e a complexidade da legislação de Reconhecimento Inicial de Direitos e de Atualização de Benefícios, sendo:

- a) Manuais de Atualização de Benefícios – partes I – Orientações Gerais e II – Emissão de Crédito – aprovado pela Resolução nº 199/PRES/INSS, de 16 de maio de 2012;
- b) Manual de Reconhecimento Inicial de Direitos – Volume III – Cálculo do Valor do Benefício – aprovado pela Resolução nº 214/PRES/INSS, de 28 de junho de 2012;
- c) Manual do Reconhecimento Inicial de Direitos – Volume IV – auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade – aprovado pela Resolução nº 258/PRES/INSS, de 14 de dezembro de 2012;
- d) Manual de Aposentadoria Especial – Volume I;
- e) Manual Técnico do Serviço Social.

Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário

A Resolução nº 244/PRES/INSS, de 16 de outubro de 2012, aprovou o Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, o qual vem atender necessidades da área, e visa garantir a uniformidade dos procedimentos e normas de Engenharia e Patrimônio Imobiliário no âmbito deste Órgão, encontrando-se disponível na página institucional.

Processo Seletivo Interno de Servidores para atuarem na Corregedoria Geral e Corregedorias Regionais

O Edital nº 6/PRES/INSS, expedido em 03 de outubro de 2012, estabeleceu as regras e procedimentos para processo seletivo interno com vistas à readequação do quadro funcional da Corregedoria.

O processo seletivo em referência atende reivindicações da área há vários exercícios e teve por finalidade prover o quadro da Corregedoria-Geral e Corregedorias Regionais com servidores em quantitativo e qualificação necessários em vista da demanda crescente.

A participação do certame foi autorizada aos servidores em efetivo exercício no INSS de nível intermediário e superior da Carreira do Seguro Social, que tenham interesse em atuar na área correcional, observadas as restrições.

O Processo Seletivo foi previsto em três fases, assim divididas: 1ª fase – prova de conhecimentos específicos; 2ª fase – avaliação de perfil de competências e 3ª fase – avaliação curricular e de tempo de serviço na área de controle interno.

Sistema de Gerenciamento de Programa e Projetos

O Memorando-Circular nº 11/CGPGE/PRES/INSS, de 16 de novembro de 2012, que trata do Plano de Ação 2013, cita a disponibilização de uma ferramenta denominada Sistema de Gerenciamento de Programa e Projetos – SGPP, também conhecida internamente como e-Projetos. Trata-se de um instrumental para portfólios de projetos nos moldes de um escritório, cujo objetivo é definir e inserir as ações/programas/projetos com execução centralizada no Plano de Ação 2013. Espera-se ratificar ou retificar as informações de cada responsável por um programa/projeto em andamento na casa, sendo que o acompanhamento e a avaliação serão as características principais nele esperadas. Em relação aos projetos estruturantes, foi realizada discussão com alguns gerentes de projetos e formatada a proposta de registrar o projeto atual (Plano de Ação 2012) como Programa e apensar a ele Projetos associados, com execução no Plano de Ação 2013.

4.5 Regularidade dos Procedimentos Licitatórios

Compõe este relatório o Anexo VI (Resumo dos Processos de Licitação Avaliados), referente às Ações nº 04/2012 - Auditoria no Processo de Gerenciamento de Obras de Reforma e Obras de Construção do Projeto de Expansão das Unidades de Atendimento (PEX) e 05/2012 – Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada.

4.6 Verificação da Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal

Os trabalhos relativos à Ação nº 06/2012 demonstram a consistência da Folha de Pagamento, apresentando o quantitativo de servidores objeto da amostragem. Contém ainda os valores passíveis de reposição ao erário, conforme as informações sintéticas apresentadas em âmbito nacional e o detalhamento no Anexo VII (Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal).

Demonstrativos de Consistência da Folha/Diagnóstico

Objeto	Servidores auditados	Valor apurado a regularizar
Servidores que recebem Insalubridade e estão lotados na área meio - rubrica: 00053.	1.162	-
Servidores de Licença para Tratamento de Saúde, com informação no SISREF divergente do SIAPECAD – ocorrência: 00124 e 00248.	5.593	761,62
Servidores de Licença Doença Pessoa da Família, com informação no SISREF divergente do SIAPECAD – ocorrência: 00159 e 00249.	961	447,18
Servidores que recebem Adicional de Periculosidade e Adicional Noturno.	60	-

Objeto	Servidores auditados	Valor apurado a regularizar
Servidores com Registro de Falta no SISREF e ou SIAPECAD, sem o desconto na Folha de Pagamento – rubrica: 00129.	940	36.657,56
Servidores que usufruíram de recesso de fim de ano e não compensaram as respectivas horas até o prazo estabelecido (30.4.2012) – ocorrência: 02323 e 02424.	20.214	106.859,43
Servidores que recebem auxílio transporte com valor superior a R\$ 300,00 – rubrica: 00951.	12.969	371,99
Servidores que usufruíram de Licença Prêmio por Assiduidade (LPA) – rubrica: 0036, sem o respectivo desconto de Auxílio Transporte em Folha de Pagamento – rubrica: 00136.	1.728	20.154,26
TOTAL	43.627	165.252,04

As despesas realizadas com a Folha de Pagamento e o percentual sobre o total dos recursos disponibilizados estão demonstradas conforme o quadro a seguir.

Folha de Pagamento-mês 12/2012 - Ativos e Inativos	
Aposentadorias e Reformas	232.540.707,95
Contratação por Tempo Determinado	87.172,50
Outros Benefícios Assistenciais	35.047,70
Salário-família	5,86
Vencimentos e Vantagens	388.688.934,31
Obrigações Patronais	520,72
Substituições	2.531.161,68
Sentenças Judiciais	2.050.293,38
Exercícios Anteriores	1.416.402,85
Aplicações Diretas	29.329.450,04
Total - Despesas Correntes	656.679.696,99

Fonte: SIAPENET/Demonstrativo Despesa Com Pessoal - DDP Competência Dezembro/2012, valor bruto

Folha de Pagamento-mês 12/2012 - Pensionistas	
Aposentadorias e Reformas	59.479,79
Pensão Civil	77.894.319,84
Sentenças Judiciais	321.022,51
Exercícios Anteriores	54.650,27
Indenizações/Restituições	329.734,00
Total	78.659.206,41

Fonte: SIAPENET/Demonstrativo Despesa Com Pessoal - DDP Competência Dezembro/2012, valor bruto

5 Fatos Relevantes de Natureza Administrativa ou Organizacional Ocorridos na Entidade com Impacto sobre a Auditoria Interna

Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o INSS e o TCU

O INSS e o Tribunal de Contas da União (TCU), celebraram Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimento, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum.

Este acordo permitiu a realização de Cursos de Capacitação nas modalidades Presenciais e em EAD, possibilitando a ampliação na oferta de vagas como dos temas a serem estudados pelos servidores da Auditoria.

Pesquisas do PAINT

Com o objetivo de aperfeiçoamento do Planejamento dos trabalhos de Auditoria para o exercício de 2013, buscou-se a participação dos Gestores locais (Gerentes Executivos e Gerentes de Agência da Previdência Social - APS) no levantamento dos riscos e na identificação de vulnerabilidades que possam subsidiar o direcionamento das atividades da Auditoria aos processos relevantes nos níveis: estratégico, gerencial e operacional.

Para tanto, utilizou-se ferramenta em ambiente web, por meio da qual foram disponibilizadas questões abrangentes, propiciando aos gestores comentários gerais sobre o gerenciamento dos processos sob sua responsabilidade e os controles.

Avaliou-se como expressiva a participação de Gerentes Executivos e de Gerentes de APS, contribuindo na elaboração de propostas para o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2013.

6 Desenvolvimento Institucional e Capacitação da Auditoria Interna

A política de capacitação torna-se estratégia de atuação, considerando a necessidade continuada de formação de técnicos de auditoria, com foco nas diversas áreas de atuação, agregando valores aos servidores que vivenciam, em seu cotidiano, situações de vulnerabilidades, riscos e desconformidades, sendo viável o aprimoramento para o exercício de suas atividades.

O fortalecimento das atividades de auditoria interna depende fundamentalmente da consolidação da sua equipe de técnicos de auditoria, sendo necessário o desenvolvimento continuado de um quadro técnico de formação multidisciplinar, tecnicamente qualificado, estável, em número ideal e bem remunerado, o que ainda é um dos grandes desafios dos gestores da Auditoria Interna.

No exercício de 2012, foram realizados 74 (setenta e quatro) eventos, totalizando 682 (seiscentas e setenta e oito) oportunidades de capacitação, conforme quadros demonstrativos apresentados a seguir.

ITEM	CAPACITAÇÕES	OPORTUNIDADES
1	Auditoria Especial - Área Médica	1
2	Auditoria Integrada	10
3	Atendimento ao Cidadão	1
4	Avaliação de Desempenho - Plantando e Colhendo Bons Frutos	6
5	BrOffice CALC	19
6	BrOffice WRITER	16
7	Capitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (CGU)	3
8	CNIS Contribuições	2
9	CNIS Pessoa Física	46
10	CNIS Segurado Especial	1
11	CNIS VRE	11
12	CNIS Web	2
13	Conhecendo a Lei de Acesso à Informação	86
14	Contratos Administrativos - Rescisão de Contrato e Aplicação de Penalidades	1
15	Controles Aplicados à Gestão - Aposentadorias e Pensões	7
16	Controle e Auditoria Interna – CGU (CAPACITA)	164
17	Controle na Administração Pública (TCU)	1
18	DW-SCDP (Treinamento Operacional - Ministério do Planejamento)	3
19	DW-SICAJ - Sistema de Cadastramento de Ações Judiciais (ESAF)	1
20	Educação Previdenciária	1

ITEM	CAPACITAÇÕES	OPORTUNIDADES
21	Ética no Serviço Público	8
22	E-Recursos	3
23	Formação de Gestores	17
24	Formação de Tutores para cursos on-line	1
25	GDASS - Avaliadores	2
26	GFIP (APEGR)	4
27	Gerenciamento de Projetos	4
28	Gestão Administrativa no Setor Público (ILB - Senado)	1
29	Gestão de Riscos (Externo)	2
30	Gestão Estratégica	19
31	Introdução ao Direito Constitucional (ILB - Senado)	2
32	Introdução ao Orçamento Público (ILB - Senado)	3
33	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas - Lei 8.112/90	12
34	Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos	3
35	Libras Instrumental	1
36	Novo Acordo Ortográfico	2
37	Obras de Engenharia na Administração Pública - Fiscalização dos Contratos	1
38	Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira (TCU)	2
39	Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos	3
40	Portal CNIS e SUIBE	6
41	Prestação de Contas - Fundamentos da Democracia e Exercício de Cidadania (TCU)	1
42	Processo Administrativo Disciplinar - PAD Presencial (CGU)	1
43	Processo Administrativo Previdenciário - PAP	1
44	Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): Diagnóstico, Política e Programa de QVT como Instrumentos para a Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho da Administração Pública Federal	2
45	Reabilitação Profissional	1
46	Relações Internacionais - História	1
47	Relações Internacionais - Temas Contemporâneos	2
48	Responsabilidade Socioambiental	40
49	SAE e SGA: Qualidade no Atendimento	1
50	Segurança da Informação e Comunicações	16
51	SIAPÉ Cadastro - Programa de Multiplicadores em Gestão Pública (ESAF)	2
52	SIBE BPC I	4
53	SIBE BPC II	3
54	SICAU	1
55	SISAGE - Sistema de Agendamento	27

ITEM	CAPACITAÇÕES	OPORTUNIDADES
56	Sistema de Registro de Preços - do Planejamento do Pregão até a Gestão da Ata e do Contrato	2
57	SUIBE	55
58	Tomada de Contas Especial	2
TOTAL		640

ITEM	OUTROS EVENTOS	OPORTUNIDADES
1	Congresso Latino Americano de Auditoria de TI, Segurança da Informação e Governança - CNASI	5
2	Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor, IV	1
3	Formação em Concurso Público FOCO - Etapa Itinerante (ESAF)	3
4	Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção na Administração Pública, 8º	2
5	Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública, VI	5
6	Fórum sobre SISREF - Sistema Registro Eletrônico de Frequência	1
7	Fórum sobre Tecnologia da Informação - Controle Externo em Ação (TCU)	1
8	Fundamentos da Integração Regional - MERCOSUL	1
9	Jornada de Segurança da Informação e Comunicação - MP, 1ª	2
10	Metodologia de Análise de Solução de Problema - MASP	3
11	Seminário sobre Prevenção a Fraude e Inovações em Segurança Pública	2
12	Seminário sobre Prevenção de Riscos no Trabalho: intercâmbio de experiências Brasil-Espanha e assistência técnica	6
13	Simpósio NDJ - Pregão Eletrônico e Contratos	1
14	Workshop Módulo Risk Manager, Solução de Governança, Riscos e Compliance	3
15	Workshop sobre Auditoria Integrada (Banco do Brasil)	3
16	Workshop sobre Trilhas de Auditoria na área de Pessoal (CGU)	3
TOTAL		42
74	TOTAL GERAL	682

7 Informações sobre a Realização de Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna

As ações de fortalecimento realizadas no exercício de 2012 pela Auditoria Interna do INSS, referem-se, principalmente, a iniciativas voltadas ao aprimoramento do modelo de Auditoria Baseada em Riscos e de avaliação de controles internos, baseadas na aplicação de metodologias de identificação e avaliação dos riscos institucionais e na implementação das técnicas de Auditoria Contínua, objetivando a excelência nos procedimentos auditoriais.

Esse modelo tem permitido a realização de ações mais frequentes e temporais, contribuindo com a qualidade dos controles e do gerenciamento de riscos, de forma a identificar exceções e anomalias, tendências e indicadores de riscos. Tais procedimentos, contudo, não invalidam a adoção de procedimentos relativos à auditoria convencional, realizados em um período padrão e com uma amostragem limitada.

Ação Conjunta entre a Auditoria Interna do INSS e a Controladoria-Geral da União

Com o objetivo de evidenciar a existência de gargalos gerenciais no processo de concessão, manutenção e pagamentos de benefícios por incapacidade – Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio Reclusão – área urbana, foram elaborados procedimentos de Ações de Controle a serem realizadas nas Unidades de Atendimento do INSS.

Em relação à atuação da Auditoria Interna do INSS nesses trabalhos, deve-se ressaltar que foi definida a participação de técnicos da área administrativa, bem assim de peritos médicos, considerando a abordagem de aspectos qualitativos da atividade de perícia médica.

Importante registrar, que este trabalho tem permitido o compartilhamento de conhecimentos e trocas de experiências entre os Órgãos, aprimorando as técnicas e métodos de trabalho, especialmente a esta Auditoria.

Fórum da Auditoria

Visando dotar o profissional de Auditoria a realizar suas atividades em consonância com metodologias mais avançadas, promovendo a disseminação de procedimentos, métodos e técnicas, foi realizado o I Fórum Nacional de Auditoria, com a participação dos Auditores Regionais, dos Representantes Estaduais de Auditoria, juntamente com os servidores da Auditoria-Geral.

Enfatizou-se, nesse encontro, os principais instrumentos de controle interno e de gerenciamento de risco, normas de auditoria e conduta ética do auditor, além do planejamento, execução, comunicação de resultados, o monitoramento contínuo das recomendações e o alinhamento das atividades ao Plano Estratégico da Instituição, entre outros.

O evento propiciou ainda, o compartilhamento de experiências e boas práticas, promovendo maior integração entre as Auditorias Regionais.

7.1 Desenvolvimento de Metodologias e Softwares

Sistema de Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Auditoria (SA4)

Dando prosseguimento ao desenvolvimento de funcionalidades que atendam as necessidades da Auditoria, houve a implementação de novo fluxo de homologação de relatórios, assim como o aperfeiçoamento do módulo de Atividade Interna, dentre outras necessidades, no Sistema de Avaliação e Acompanhamento de Atividades de Auditoria (SA4), utilizado para execução e gerenciamento das ações realizadas pela Auditoria.

Ressalta-se ainda, que se encontra em desenvolvimento, o módulo de auditoria contínua que permitirá o registro e controle das ações de forma sistemática e em tempo real.

7.3 Acordos de Cooperação Técnica

Em continuidade aos contatos com órgãos estaduais, visando à formalização de Acordos de Cooperação Técnica, para identificação das acumulações ilícitas de cargos públicos, assim como de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) com benefícios ou vínculos em Regimes Próprios, foram realizadas reuniões com representantes dos governos dos Estados de Pernambuco e Maranhão, dentre outros, buscando a implementação de ações de interesse comum, para mitigar a ocorrência de fraudes.

Para a operacionalização desses Acordos, o plano de trabalho prevê o cruzamento de bases de dados de servidores dos órgãos estaduais com as bases disponíveis na Auditoria-Geral do INSS.

Em 2012, foram formalizados Acordos de Cooperação Técnica com os Estados do Rio Grande do Norte, Goiás e Pernambuco. Além desses, encontram-se vigentes os Acordos com os Estados de Santa Catarina, Sergipe, Bahia e Distrito Federal.

7.4 Curso - Controle e Auditoria Interna

O curso de capacitação “Controle e Auditoria Interna” promovido pela Controladoria Geral da União – CGU, teve como objetivo aprimorar e atualizar os conhecimentos dos servidores da Auditoria Interna do INSS, permitindo a obtenção de uma visão ampla e integrada dos aspectos práticos em todas as fases de trabalho da Auditoria.

O curso foi realizado em duas etapas, uma a distância, com material disponibilizado pela CGU e pela Escola de Administração Fazendária, e outra presencial ministrado pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Previdência Social e por membros da Auditoria Geral do INSS.

8 Considerações Finais

Neste Relatório, apresentamos os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna em função das ações planejadas e realizadas com foco na atuação preventiva e orientativa, objetivando o aperfeiçoamento dos controles internos e da gestão de riscos.

Vislumbra-se, portanto, que a Auditoria Interna cumpriu devidamente suas competências regimentais, no ano de 2012, ao assistir a organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao elaborar soluções mitigadoras dos riscos identificados, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa, de modo a assegurar a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação de seus recursos.

Brasília, 31 de janeiro de 2013.

Carlos Roberto Tibério

Coordenador de Planejamento e Avaliação

Álvaro Paniago Gonçalves

Coordenador-Geral de Auditoria em Gestão Interna

Maria Júlia Dellabianca

Coordenadora-Geral de Auditoria em Benefícios

Sueli Aparecida Carvalho Romero

Auditora-Geral do INSS

Auditoria-Geral do INSS

Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 – Bloco O – 6º andar
Brasília-DF – CEP 70070-946

E-mail: audger@previdencia.gov.br

Tel.: (61) 3313-4587

Fax: (61) 3313-4442
